

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL

JOSÉ RENÉ CÂMARA JÚNIOR

AS VIDAS INVISÍVEIS IMPORTAM TAMBÉM

RECIFE-PE

2021

JOSÉ RENÉ CÂMARA JÚNIOR

AS VIDAS INVISÍVEIS IMPORTAM TAMBÉM

Trabalho de conclusão de curso para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena.

C172v      Câmara Júnior, José René  
                    As vidas invisíveis importam também / José René Câmara  
                    Júnior, 2021.  
                    84 f. : il.

                    Orientador: Paulo Henrique Fontes Cadena  
                    Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
                    Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional  
                    em História, 2021.

                    1. Escravidão - Recife - História. 2. Escravos - Saúde.  
                    3. Escravos - Educação. 4. Inventários. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Aluno (a): JOSÉ RENÉ CÂMARA JÚNIOR**

**Título da Dissertação: AS VIDAS INVISÍVEIS IMPORTAM TAMBÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre (a) em 23 de setembro de 2021. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 23 de setembro de 2021 pela banca examinadora e constituída pelos professores:



---

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena - UNICAP

Orientador



---

Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral - UNICAP

Examinador Interno



---

Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre - UFCA

Examinador Externo



## **AGRADECIMENTOS**

Paratodos...!

**Restituir-se os negros à sua história.**

Achille Mbembe, *Crítica da razão negra*, 2017, p 102.

## RESUMO

O trabalho *As vidas invisíveis importam também*, tem por objetivo principal analisar as vidas dos escravizados a partir dos inventários. A contribuição da micro-história possibilitou compreender como os bens são descritos nos inventários, dando destaque para os escravizados, por exemplo, nome, gênero, idade, local de origem, ocupação e a saúde. Nessa pesquisa percebemos que os escravizados tinham valores econômicos e sociais relevantes, muito embora não fossem reconhecidos de forma explícita. Para chegarmos às nossas conclusões, utilizamos uma amostra de quatro inventários *post-mortem* como fonte histórica que contribuísse para entender a escravização no Recife entre os anos de 1830 e 1840. Esses arquivos que estão digitalizados e acondicionados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Em virtude de educação passa por mudanças nos tempos atuais, principalmente com a pandemia do coronavírus, a educação vem ganhando mais destaque, concomitante com o uso de novas tecnologias. Em virtude disso, realizamos como produto final um paradidático intitulado *Vidas invisíveis importam também* que visa uma formação para os estudantes do 8º ano do Ensino fundamental. Este livro será disponibilizado em *e-book* e hospedado em plataformas digitais de distribuição de livros de forma gratuita. Sobre a consciência histórica proposta por Jörn Rüsen de que como os sujeitos interpretam as experiências de vida e de que maneira implica na identidade do estudante, observando rupturas e continuidades da história entendendo as relações de poder e sociabilidade com os donos dos escravizados e devido às circunstâncias atuais precisamos oferecer uma visibilidade às pessoas negras que há tempos são invisíveis.

**Palavras-chave:** Escravizado, inventário, consciência histórica, saúde, educação.

## Resumen

El trabajo *Las vidas invisibles también importan*, hay cómo principal objetivo analizar la vida de los esclavizados a partir de inventarios. El aporte de la microhistoria permitió comprender cómo se describen los bienes en los inventarios, destacando a los esclavizados, por ejemplo, nombre, género, edad, sitio de origen, ocupación y salud. En esta investigación, nos dimos cuenta de que los esclavizados tenían valores económicos y sociales relevantes, aunque no fueron reconocidos explícitamente. Para llegar a nuestras conclusiones, utilizamos una muestra de cuatro inventarios *post-mortem* como fuente histórica que llevaron a comprender la esclavitud en Recife entre los años 1830 y 1840. Estos archivos están digitalizados y almacenados en el Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Debido al hecho de que la educación está experimentando cambios en los tiempos actuales, especialmente con la pandemia del coronavirus, la educación hay ganando más protagonismo, concomitante con el uso de nuevas tecnologías. Como resultado, producimos como producto final un paradidáctico titulado *Vidas invisibles también importan: esclavitud, salud, el trabajo en debate* (*Vidas invisíveis importam também: a escravização, a saúde, o trabalho em questão*) destinado a formar a los alumnos de 8º grado en la escuela primaria. Este libro estará disponible como libro electrónico (*e-book*) y se alojará en plataformas de distribución de libros digitales de forma gratuita. Sobre la conciencia histórica propuesta por Jörn Rüsen de cómo los sujetos interpretan las vivencias y cómo implica la identidad del estudiante, observando rupturas y continuidades de la historia, entendiendo las relaciones de poder y sociabilidad con los dueños de los esclavizados y por las circunstancias que hoy necesitamos. para dar visibilidad a los negros invisibles desde hace mucho tiempo.

**Palabras-clave:** Esclavizado, inventario, conciencia histórica, salud, educación.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	12
2.1 A ESCRAVIZAÇÃO COMO ALICERCE PARA UMA SOCIEDADE PROGRESSISTA DO SÉCULO XIX .....	15
3. SAÚDE E MORBIDADES DOS CATIVOS A PARTIR DOS INVENTÁRIOS.....	20
3.1 BREVE REVERBERAÇÕES SOBRE O USO DOS INVENTÁRIOS.....	24
3.2 O QUE DIZEM OS INVENTÁRIOS .....	27
4. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	42
5. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO .....	43
5.1 APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
7. LISTAGEM DAS FONTES .....	56
8. REFERÊNCIAS .....	57
9. APÊNDICE .....	61

## INTRODUÇÃO

Atualmente é mais do que necessário suscitar debates sobre a saúde e as doenças dos cativos no século XIX. Este tipo de história corrobora cada vez mais para compreender as tramas das redes que costuram a social sociedade escravocrata do Brasil. A vida dos escravizados precisam ser decifradas pelos historiadores, cientistas sociais, de modo que houve significativas pesquisas que se debruçaram sobre a quem são os cativos que sustentaram o Brasil e como eles viviam. Se deleitar nessas pesquisas é prover um diálogo interdisciplinar, de modo que há vários saberes, assim, uma matriz discursiva passa a ganhar fôlego quando se fala da vida e, quando focamos para os estados de saúde e das doenças acometidas nos cativos, além das redes<sup>1</sup> de tráfico de gente.

Ao falarmos em pesquisas em saúde e histórias das doenças em escravizados, podemos citar a Fundação Oswaldo Cruz, na qual se destaca com seu programa de mestrado e doutorado na linha de pesquisa *História das Ciências e da Saúde*. Os trabalhos recentes investigam as dimensões culturais e sociais das doenças em um sentido mais amplo, de modo que suas representações e metáforas sociais traduzam as condições de vida as, morbidades e as mortalidades nos propõem enxergar um fio de Ariadne que vão analisar uma nova maneira de compreender a vida dos cativos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Optamos por não trabalhar com o método redes de sociabilidade porque é “método narrativo cabe em qualquer biografia, pois qualquer um vive em certo contexto, imediato ou mais amplo, do qual fazem parte outros indivíduos mais ou menos próximos” (REIS, 2008, pp. 16-17).

<sup>2</sup> BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Estudo detalhado sobre a diversidade da economia escravista, para isso o autor usou inúmeras fontes, entre elas, mais de mil inventários. Como afirma o professor e Dr. Marcus de Carvalho no prefácio “não espere o leitor encontrar aqui mais um daqueles ensaios abrangentes que desafia um conceito clássico: o de que a agricultura destinada à exportação inibiu o desenvolvimento da agricultura para abastecimento do mercado interno). Veja-se também: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. (A proposta deste trabalho é

A partir do método paradigma indiciário proposto de Ginzburg (1989) esta pesquisa procura examinar a partir das fontes primárias e bibliografia pertinente, como os inventários podem trazer informações sobre os cativos, suas morbidades, doenças e modos de vida.

Quando falamos em morbidades e doenças conseguimos desenvolver discussões sobre aspectos sociais, porque a saúde também está imbricada em um modelo de sociedade que podemos inferir. Com os avanços da pesquisa em história social, principalmente, no que se refere a saúde e os inventários, elas passaram a ser vistas como objetos historicamente situados, cuja experiência excede o sentido biológico, incorporando também os sentidos particulares a elas atribuídos por indivíduos e grupos, e que são elaborados no interior de um complexo conjunto de semelhanças socioculturais (SILVEIRA & FIGUEIREDO, 2009)

A doença não se deve ser reduzida simplesmente a um processo fisiológico e ou patológico, é uma compreensão maior do que biológica. A doença tem sua construção social, a qual se configura em entendimentos, imperativos e perspectivas de muitos setores da sociedade (ROSENBERG, 1992).

A realização desse trabalho a partir de uma amostra dos inventários possibilita entender a sociedade do século XIX. Além disso, procuramos apresentar suscitar debates sobre as morbidades e alinhar com os dicionários sobre saúde e doenças para melhor entender de como as morbidades eram compreendidas no século XIX.

Para este trabalho buscamos uma amostra de quatro inventários *post-mortem* como fonte histórica que contribuísse para entender a escravização no Recife: inventário de Antônio José Marroquim 1837, inventário de Cristovão de Barros Rego 1837, inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa 1838 e inventário de Felipe Lopes Netto 1848. Esses arquivos que estão digitalizados e acondicionados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

---

estudar os Cavalcanti de Albuquerque: saber quem eram e quais os problemas políticos em que estiveram envolvidos entre 1801, quando acontece a Conspiração dos Suassunas até 1844, às vésperas da Insurreição Praieira. Por meio de cartas, periódicos, discursos e inventários.

Pernambucano, e podem ser consultados por qualquer consulente que assim deseje.



## 2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Os inventários são documentos escritos após a morte de uma pessoa que possuem algum bem que possa ou necessite ser inventariado para posterior partilha entre os herdeiros. Os bens existentes são separados entre bens móveis e bens semoventes, dinheiro, dentre outras possibilidades.

Os usos de tais documentos possibilitam entender os vestígios deixados para compreender outras possibilidades de estudar e realizar um trabalho historiográfico bem definido. As opções teóricas utilizadas e as fontes devem ser guiadas pelos objetivos do trabalho a serem alcançados. Além do que, devemos considerar o inventário como um dos inúmeros documentos produzidos, a qual está sujeita a interpretação subjetiva pelo pesquisador que traçara um panorama de uma sociedade. O ofício do historiador é depreender nas entrelinhas as nuances que podem corroborar para o estudo da saúde dos cativos nas fontes primárias.

Os inventários possibilitam expandir as formas de realizar de conhecimentos e auxiliar os pesquisadores a desvendar as entrelinhas das fontes, Koselleck (2016), esclareceu que o conhecimento histórico não é somente aquele que se encontra na fonte, ele é algo mais, porque

[...] todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre dele. Uma história nunca é? idêntica a fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse toda a fonte que jorra Cristalina seria já a própria história que se busca conhecer. (p. 186)

Os inventários mostram os germes para criarmos inferências, de modo que façamos hipóteses e afirmações a partir do escopo da pesquisa. As fontes têm a capacidade de nos dizer o que devemos procurar.

Um documento só passa ser fonte histórica quando questionado e desmontado, ou seja, depois de uma análise de como, o porquê foi concebido, quais os possíveis objetivos de sua existência e o que se pode ler em suas entrelinhas. Le Goff (2013) afirmou que um documento é um produto de uma

determinada sociedade e sua existência identifica acordos, as relações de força e quem tinha o poder de manipular, por que é um resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história da época da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuam a viver.

Assim sendo, os inventários compõem-se em um conjunto de documentos produzidos pelo poder judiciário. Para analisar o inventário como fonte histórica, requeremos fazer algumas observações, pois este documento perde sua função inicial de levantamento de bens para uma possível partilha porque o montante que o inventariado juntar até a sua morte, pode-se depreender suas relações familiares e em que medida figuras públicas poderiam estar arroladas os inventários.

Nas mãos do historiador os inventários podem modificar-se em testemunhos sobre a morte, mas sobretudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual. (FURTADO, 2009). Salientamos que ao utilizarmos tal documento é que ele é regido por uma legislação específica. Para isso, devemos ter entendimento das leis vigentes no recorte histórico estudado. As Ordenações Filipinas vigoraram no Portugal moderno, logo houve sua extensão para as colônias portuguesas.

As Ordenações Filipinas (também chamadas de Código Filipino), passaram a existir a partir do século XVII, quando Portugal estava sob o controle espanhol. Elas tiveram muita utilização em todo o império português. Este código, composto por cinco livros, procurou combater a jurisprudência privada e a substituir pela pública. É no Livro IV das Ordenações Filipinas (do Título XCVI, que trata de como se vão fazer as partilhas entre os herdeiros até o XCVIII) que se acham os preceitos sobre os testamentos e a maneira de realização do inventário e da partilha dos bens. Essas Ordenações, na parte em que não foram eliminadas, permaneceram no Brasil até 1916, quando surgiu o primeiro Código Civil Brasileiro (FURTADO, 2009).

O inventário dos bens deixados por falecimento podia ser solicitado pelos herdeiros, pelo testamenteiro ou por qualquer pessoa que o desejasse. Eram feitos pelos tabeliões do judicial (DAUMARD et al, 1984). Trata-se, portanto, de documento jurídico que além dos herdeiros, interessava aos que tinham direito de herança ou que fossem credores do defunto. Por isso, decorria-se da descrição e avaliação minuciosa dos bens do falecido.

Diferentemente dos inventários do século XX, os inventários do século XIX apresentam os bens de herança móveis (objetos, instalações profissionais), imóveis (propriedades rurais e urbanas) e semoventes (referentes a escravizados e animais) e do espólio do inventariado (DAUMARD et al, 1984).

Os inventários, habitualmente, são constituídos de três partes diferentes. Na primeira parte aparecem dados pessoais do falecido e a relação dos beneficiários; na segunda há a descrição e avaliação dos bens e as dívidas ativas e passivas deixadas pelo falecido; na terceira é feita a partilha dos bens (DAUMARD et al, 1984).

Aspectos típicos de uma visão tradicional da história se modificou com o advento de correntes historiográficas, por exemplo, *A escola dos annales*. Com ela, houve uma reformulação nos métodos e técnicas de pesquisa que substituiu a história puramente narrativa e factual por uma história-problema, Burke (2011). Assim, as mesmas fontes já conhecidas demonstravam novos testemunhos, que passaram a ser consideradas, questionadas e contextualizadas. Isso significou colocar como um dos interesses da investigação histórica as pessoas anônimas.

Di Credo acrescenta que o inventário como fonte histórica deve ser observado dentro da sua relevância social. Vale destacar que o documento permite recontar uma história pessoal e familiar que vai de seu nascimento até a partilha dos bens. Segundo a pesquisadora, esse tipo de fonte se constitui

no testemunho de uma realidade complexa e permite [...] compreender as mudanças nas formas de riqueza social, como por exemplo o escravo, que num determinado período representa a forma tradicional de riqueza...identificar os personagens, explicitar seus troncos familiares e acompanhar sua trajetória de vida, em períodos históricos diferenciados. [o inventário] possibilita ao historiador recortar as origens da formação da grande propriedade rural num dado período histórico (1996, p. 11).

Por essa circunstância que o inventário trás uma trajetória de vida e de uma experiência. Os sujeitos descritos nos inventários possibilitam articular com modos de vida.

É possível também atentar para os avaliadores dos inventários, que habitualmente eram pessoas da localidade e que deviam ser reconhecidas como

tendo boas condutas, prestígio social e, em alguns casos, ter uma relação muito estreita com a família dos inventariados.

É importante notar que ao contrário da suposição de muitos estudos de que a escravização, por não gerar renda para os consumidores (como ocorre com os trabalhadores livres), não encaixaria em um cenário com mercado interno, não é o que se verifica, por exemplo, na região baiana (BARICKMAN, 2003). Foi com o intuito de reproduzir o trabalho escravizado em suas propriedades que grandes senhores, médio e pequenos proprietários, passaram a alimentar a produção local.

Barickman (2003) muito perspicaz neste ponto, além de relatos de cronistas e viajantes, utiliza-se também de centenas de inventários *post-mortem* para consolidar suas afirmações e em sequência faz uma discussão de direito sobre a terra por parte dos cativos e como ele, o direito, de se desenvolveu em diferentes alicerces e perspectivas.

## **2.1 A ESCRAVIZAÇÃO COMO ALICERCE PARA UMA SOCIEDADE PROGRESSISTA DO SÉCULO XIX**

A constituição de uma sociedade se baseava de criação imagética e dinâmica do que viria a ser uma Estado. No entanto, esse embate e seus respectivos símbolos procuram mostrar sempre conflitos existentes na criação e consolidação dos principais aspectos do que vem a ser uma nação, por exemplo, uma sociedade que se parecesse com as grandes metrópoles europeias.

É interessante inserir nessa problemática de mudanças de *status* da percepção do que vem a ser *sociedade*. As imagens históricas introduzem uma problemática de um viés ideológico, na qual o processo de construção histórica da república enquanto memória é forjado em um percurso de criações simbólicas, nas quais, o processo civilizador é orquestrado como ferramenta para uma mentalidade progressista. De certo modo, trata-se de um processo de nação e de cidadania que nunca foi um direito universal porque,

[...] de um lado, o Estado coopta seletivamente os cidadãos e, de outro, os cidadãos buscam o Estado para o atendimento de interesses privados [...] Entre nós a uma grande dependência em relação ao Estado e o extremado legalismo se contrapõem à atitude frequentemente desrespeitosa e anarquizante diante do poder e das leis [...] O Cidadão inativo é o súdito, produto de cidadania desenvolvida de cima para baixo. O indivíduo paroquial seria o não cidadão (CARVALHO, 1996, p. 339).

Em uma sociedade marcada profundamente pela escravização, pelo patriarcalismo e, principalmente pelo latifúndio não reconhecer o negro como parte de uma sociedade em ascensão é negar-lhe uma cidadania, mesmo que civil. Para a grande maioria da população pobre, especialmente, para os negros e pardos.

### No Brasil dos Oitocentos

[...] as elites ilustradas, agentes da modernização de cima para baixo, se mostraram muito mais eficientes em cooptar setores dominantes do que em atrair a população para dentro do sistema [...] a cara do Estado que a população viu era pouco atraente, como no serviço da Guarda, na exigência de registro civil, no recenseamento. [...] As leis reformadoras e os novos deveres cívicos introduziam na vida cotidiana mudanças cujo sentido não era compreendido. Não havia por essas leis nem o respeito alemão nem a adesão inglesa (CARVALHO, 1996, p. 356).

Nos bastidores de um Brasil construído como um anjo torto, o brasileiro foi forçado a “legitimar” um Estado e das decisões políticas, porém de maneira a não desenvolver a fidelidade com as instituições de poder.

A transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, ajudaram a constituição de um Estado forte dominado por uma elite, Mattos (2004).

O “tempo saquarema” inaugura uma análise de construção do Estado do império brasileiro. O conceito de Mattos sobre a “direção saquarema” extrapola as clássicas trindades saquaremas<sup>3</sup> compostas por próceres do Partido Conservador:

---

<sup>3</sup> Pedro II, de um lado, e da burocracia transplantada ou ideologicamente coesa como construtora do Estado, de outro lado, Mattos problematizou as conexões dialéticas entre: a construção de um Estado, o

Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes ‘não públicos’ – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” (MATTOS, 1987, p. 3-4).

A Construção de um Estado explanada por Mattos não só na defesa dos interesses dos proprietários — na agricultura escravocrata ou no comércio — mas também de um projeto político pautado pelos princípios de “Ordem” e “Civilização” para construir o tempo saquarema (MATTOS, 2004).

Pensar em um projeto civilizador é repreender os quilombos e insurreições de cativos, a repressão aos “vadios”, “desordeiros” e a crimes públicos, policiais e particulares, ou da adaptação de modelos e instituições políticas, administrativas e judiciárias de matriz europeia, ou mesmo da produção de informações sobre a ocupação e distribuição da população do Império. O monopólio da violência e das relações de domínio entre escravocratas e escravizados, casa grande e senzala, sobrados e mocambos, base de toda aquela sociedade (MATTOS, 2004).

Mattos esclarece a diferença qualitativa entre o plantador escravista e a classe senhorial que

diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão (MATTOS, 2004, p. 92).

Para tal, o Estado aproveitar-se da modificação de burocratas e negociantes em grandes proprietários de latifúndios, e da aproximação dos grupos dominantes na Corte por meio dos interesses vinculados à da união de famílias proprietárias por meio de alianças matrimoniais.

---

Estado imperial; a constituição de uma classe, a classe senhorial; e a intervenção deliberada e consciente de uma força social, a “Direção Saquarema”

O interesse dos saquaremas é materializado em um conjunto de ações e direcionamentos que imprimem na sociedade uma compreensão de coerência histórica, de modo que venha a viabilizar a ação governamental de base escravista e estruturada por um conjunto de instituições políticas, econômicas e sociais, as quais tinham um papel importante que legitimasse o *status quo* das camadas sociais (MATTOS, 2018).

Procurou-se também trazer além das visões sobre a política e o panorama de construção política do Estado imperial, mas também evidenciar algumas discussões sobre a história da ciência, a fim de refletir sobre o modo como aparato institucional científico que foi edificado e mobilizado para atender à agenda saquarema. Percebemos que o período imperial apresenta uma série de continuidades e rupturas, que é um processo histórico que, muitas vezes, sobrepõe um conjunto de eventos e ações de grupos sociais em constante contenda.

Na esteira de entendimento de Mattos, Angela Alonso, ressalta a migração da corte para o Brasil que permitiram a instalação de uma mentalidade muito mais ligada à sociedade europeia do que apartada desta

O problema era espinhoso: tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas. Na forja da nacionalidade deveria entrar a marca da civilização europeia da qual a nação nova desejava fazer parte; daí a construção da imagem de um bom colonizador português. (ALONSO, 2014, p. 98).

Em *O tempo de Saquarema*, Mattos estabelece o que podemos dizer de uma “tradição colonial” que Mattos caracteriza por três alicerces tradicionais “a lógica do poder territorialista”, a relação entre soberano e povo, por meio das câmaras municipais” e “o monopólio da aplicação da justiça” (MATTOS, 2018, p. 21). Atrelada às essas categorias, encontra-se uma base econômica sustentável da ordem imperial. A existência de um sistema de escravizados influenciava, principalmente, a classificação social.

Conforme salientou Mattos,

são essas representações que acabam por dirigir a conduta social, porque é através delas que cada indivíduo ou grupo social toma consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo (MATTOS, 1987, p. 112).

Fato é que todos esses elementos expressavam a imagem que se desejava para um projeto que se tentava se esquadrihar uma identidade e a construção de um Estado.

A ideia de estruturar uma sociedade forte e um projeto de nação, recorremos também a Varnhagen e seu *Memorial Orgânico*. Suas análises que se constituíam em seis medidas para um projeto de Estado para a organização do território e da população da brasileira, as propostas foram: nova divisão das províncias e melhoria das comunicações entre elas, mudança da capital para o interior, civilização dos índios por tutela, extinção do tráfico e imigração europeia. Nas palavras de Varnhagen,

o empenho principal que me guiou a pena do Memorial Orgânico foi promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Império futuro, objeto constante do meu cogitar (VARNHAGEN, 1961, p. 24)

O século XIX foi frutífero em projetos de construção da uma nação brasileira. *Memorial Orgânico*, de Varnhagen, inscreve-se nesse quadro. É certo que a historiografia brasileira é rica em trabalhos sobre a vida e a obra de Varnhagen, mas vamos corroborar ainda mais sobre alguns pontos de suas ideias.

Varnhagen alerta que o Império ainda se encontra estacionado no tempo. Incômodo que se explica, entre outros elementos, pela estrutura que se constituía desde fins do século XVIII e ao longo do XIX. Varnhagen defendia duas categorias fundamentais para o projeto de nação que seriam a questão da territorialidade e a população. O território era a mais preciosa propriedade do Império; uma população mais homogênea alcançaria um status de nação civilizada. Esses pressupostos bem definidos formariam um país melhor, (SÁ, 2016)

O historiador é fruto do seu tempo e Varnhagen revela uma preocupação com o futuro do Império e reitera um compromisso com o governo, a monarquia, e sua conservação. Vale recordar que o Império se encontrava em posição



desconfortável no continente, principalmente, que estava vivendo uma era das Repúblicas. Devido à essas circunstâncias, a monarquia constitucional era a “salvação” diante do caos que se instalava em outras nações das américas.

Tendo a integridade e a integração nacional como duas ideias propulsoras, Varnhagen percebia um país predestinado à unidade por sua configuração natural e desenvolvimento histórico. A falta de homogeneidade étnica era o mais grave, dado a uma gravidade da escravização negra e a adversidade da homogeneização de indígenas à cultura e à sociedade.

No seguinte trecho da conclusão da segunda parte do Memorial, Varnhagen sintetiza seu plano de organização da população

Para civilisarmo o Brasil, e fazermos com que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassallar (nam escravisar) temporariamente os indios bravos; e necessitamos, em fim, admittir no paiz gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adoptamos já tal systema cujas disposiçoens se poderam consignar em um codigo africano-indio-colonial, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma populaçam compacta, logo que possamos sair dessa situaçam forçada (VARNHAGEN, 1850, p. 15)

A civilização dos indígenas seria tutelada de uma parte da elite, onde os indígenas seriam capturados pelas “bandeiras” e levados para serem adotados por uma família respeitável do Império, de quinze a vinte anos, que os educariam nos princípios civilizatórios e do catolicismo, e depois seria “devolvidos” à nação e compondo a mão de obra nacional menos danosa depois do fim da escravização.

### 3. SAÚDE E MORBIDADES DOS CATIVOS A PARTIR DOS INVENTÁRIOS

Compreender as lógicas das mudanças históricas e nas experiências dos indivíduos da época requer um debruçando nas fontes e seus desdobramentos semânticos<sup>4</sup> das vivências em uma sociedade escravocrata brasileira. Essas inquietudes nos possibilitam colher uma nervura de um tecido social, um momento histórico analisado.

A resistência escravocrata no Brasil, conforme Chalhoub em *A força da escravidão*, tem um aspecto peculiar

pois não de me consta que noutra lugar qualquer tenham se articulado o processo de construção de um Estado nacional independente e o instituto de defender a propriedade escrava ilegal, originaria do contrabando maciço de africanos escravizados (2012, p.43).

A lei de 7 de novembro de 1831, regulamentava por meio do decreto lei de 12 de abril de 1837, a qual estabelecia no artigo 1º que “todos os escravos que entrarem no território ou porto do Brasil, vindo de fora, ficam livres” (CHALHOUB, 2012, p.46). Antes mesmo de entrar em vigor, a lei acelerou a importação de africanos a partir de 1826, que começou a declinar entre 1830 e 1831.

No entanto, havia desembarques clandestinos na costa pernambucana. Um caso concreto foi o desembarque em outubro de 1855, em Sirinhaém. Havia um barco que trazia por volta de 240 a 250 cativos de Angola, entre os quem estavam abordo havia muitas crianças, do total a bordo, estima-se que 200 sobreviveram (CADENA & CARVALHO, 2019).

Tanto na historiografia sobre os cativos quanto na da saúde nas últimas décadas tem havido aproximações ao ponto de nascer um novo campo do saber

---

<sup>4</sup> O autor propõe abordar esta questão no plano linguístico, através de uma história dos conceitos, uma semântica dos conceitos históricos que busque a constituição linguística de experiências do tempo na realidade passada. Para compreender, sugiro ler REINHARDT, Koselleck. *Futuro Passado*: para uma semântica dos tempos históricos. Contraponto, 2007. Capítulo II.

na história interligado com outros temas, teorias e métodos diversos. Essas aproximações emergem de uma jornada de estudos em comum que vêm superando obstáculos sobre os saberes historiográficos formamos até então, sobretudo quando elencamos saberes em torno da saúde e da escravidão.

De acordo com Lima (2011), o campo da história da escravização por tempos ficou muito atrelado em perspectivas econômicas em um guarda-chuva na formação de um Brasil escravista, a qual nessa perspectiva desenvolveu uma visão compreendida meramente como uma peça fundamental de um sistema maior. No entanto, a escravização já se configura uma peça de grande valia e de fundamental importância, principalmente quando relacionamos a história social e a história da saúde e das ciências no Brasil, com grande destaque para os estudos sobre saberes médicos e doenças. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, de Mary Karasch, desenvolveu uma longa pesquisa nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro que se tornou um ponto de referência sobre a saúde e condições de vida dos escravizados. Karasch dedicou um capítulo ao exame das doenças dos escravizados urbanos com base em registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia, analisou grande mortalidade de cativos, pois

A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do Rio Urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuíam diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente pela população escrava (KARASCH, 2000, p. 207).

As condições de vida dos cativos suscitavam mais óbitos do que a própria violência física e a má condição de vida que eram características constantes. A pesquisa de Karasch serviu para validar e também direcionar mais uma temática para os estudos sobre a escravização, além de permitir compreender padrões de mortes e diferenciar entre homens, mulheres, crianças,

africanos e crioulos, o que tinha uma relação estreita com o comércio de compra e venda de escravizados.

A sociedade escravista dos Oitocentos esteve em constante conexão com o sistema econômico. Mesmo em uma economia marcada por outros segmentos, o grande pilar que norteava o poderio econômico era o trabalho escravo e compulsório de africanos e seus descendentes. O comércio descolocou humanos de suas origens para viverem em situações adversas. O processo de exploração ultra marítima, iniciado nos séculos XV e XVI, além de ampliar o tráfego de mercadorias e o contato entre sociedades, representou a “união microbiana do mundo” (ALENCASTRO, 2000), por acrescentar o tráfego também de doenças.

O século XVIII foi considerado como tempo tanto de mudança como de permanências, que compartilhavam velhos e novos paradigmas da ciência médica (BARBOSA & GOMES, 2016). Mesmo que a medicina parecesse distante havia mudanças “mostrando-se mais distante dos sistemas mágico-religiosos” (BARBOSA & GOMES, 2016), no entanto a percepção sobrenatural ainda era vista na sociedade. No dia a dia as práticas das crenças populares permaneciam e, muitas vezes, se reproduziam e as regulamentações da Coroa não “fundamentalmente” constrangia as artes de cura.

Já no século XIX emergiram grandes reflexões sobre doenças, podemos citar Chalhoub (1996) ao transcorrer sobre as relações entre epidemias e moradias em áreas periféricas do Rio de Janeiro. Desembocando em uma ideologia da higienização ao longo dos Oitocentos. Com essas implicações houve uma disseminação de uma visão das doenças advindas da escravização, sobretudo os cativos africanos. Os escravizados eram associados a determinadas doenças que como justificaria o foco de epidemias que acometia a cidade.

Doença, cura e morte não podem ser analisadas isoladamente. A contrário, compreender as doenças que assolavam e desestabilizavam senzalas — elevando os índices de mortalidade — significa direcionar o olhar para além das expectativas senhoriais de controle e funcionamento da sociedade escravista e seu mercado. (BARBOSA & GOMES, 2016 p. 277).

Significa também progredir em um olhar mais analítico para as senzalas, caminhando seus sinuosos meandros, desvelando comportamentos, hábitos e cultura. De modo que as doenças que surgiam também estavam relacionadas a herança africana a partir de arte de curar e em rituais.

Considerando umas das obras importantes sobre referência médica sobre doenças do Brasil no século XIX, Sigaud (2009) descreve a população do país e expondo os problemas de saúde que teriam sido trazidas do continente africano por meio do tráfico de cativos:

a introdução dos negros vindos das costas de Cabinda, Angola, Benguela e da parte oriental da África disseminou, nas praias do Brasil, o escorbuto, a sarna, a oftalmia, a varíola, o piã e a disenteria; tratam-se de companheiros inevitáveis de um tráfico que estabeleceu uma troca de doenças mortíferas entre os dois continentes (SIGAUD, 2009, p. 119).

Essa compreensão de que certas doenças eram devido ao tráfico foi pegando força em debates políticos e em faculdades de medicina. Começou a discutir as relações entre tráfico de escravizados e a disseminação de doenças.

### **3.1 BREVE REVERBERAÇÕES SOBRE O USO DOS INVENTÁRIOS**

O contato com fontes primárias culmina em reflexões referentes aos acervos, ao acesso à documentação e, à interpretação dessas. Esses dados quando compilados e respaldados pela historiografia que permitem elevar o debate para uma autonomia, construído então compressão histórica apreendida pelo viés dos inventários. Entendemos que a pluralidade de matrizes documentais adiciona novas perspectivas de análise, alargando os questionamentos sobre o objeto de estudo, Pareto

escreve que todo documento é uma escolha do investigador. E estes documentos devem ser analisados como um resultado de uma temporalidade e de uma sociedade em constante mutação que a realizou. Portanto, o documento — neste caso o inventário — deve-se ter o entendimento de uma base argumentativa (2011, p.38).

Entre os documentos estudados na História Social estão os inventários *post-mortem*, além de outros. Os inventários são fontes que trazem informações quantitativas e qualitativas, que podemos apreender perspectivas sociais, culturais, econômicas e a administração política. Geralmente os inventários são compostos pelas seguintes partes: termo de abertura, que informa dados do local, data, o juiz responsável e a data do óbito; a transcrição do testamento, quando havia; designação de tutor, quando existem herdeiros menores, e o cônjuge sobrevivente fosse mulher, inventariação e avaliação de bens por avaliadores designados e partilha (FURTADO, 2009).

Sendo assim, um inventário foi e ainda é

documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores (TEIXEIRA, 2012, p. 64)

Dentro do campo dos estudos da escravidão nos ajudam a reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e de libertos. Com os inventários eram possíveis acompanhar as transformações e dinâmicas de uma sociedade escravista (FURTADO, 2009).

O uso de novas fontes para serem utilizadas para o estudo da historiografia trouxeram pesquisas pioneiras, por exemplo, podemos destacar o trabalho de Robert Slenes (2001), *Na senzala uma flor*, e Manolo Florentino e José Roberto Góes (2017), *A Paz nas Senzalas*. Sobre o uso dos inventários, Florentino e Góes afirmar que “é um exercício acerca das possibilidades de determinado tipo de fonte, os inventários *post-mortem*, para o entendimento das relações familiares entre os escravos.” (FLORENTINO & GÓES, 2017, p. 43). Isso ocorre devido às lacunas deixadas e, muitas vezes, desiguais nas informações. Lacunas essas, por exemplo, dados relacionados ao sexo, idade, naturalidade, preço e condição de saúde. No entanto, Slenes destaca que

os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos (2011, p. 54).

Como cada inventário apresenta características muito singulares, para essa pesquisa contempla-se a micro-história, pois possibilita relações temáticas ao cotidiano das famílias “descritas” nos inventários que ajudam a compreender ainda mais a complexidade e tramas das redes escravistas. Conforme Revel “a abordagem micro-história se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e mais móveis.” (1998, p. 23). Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no Brasil e, mais especificamente, em na costa pernambucana a qual havia muitos portos para desembarque de escravizados.

É importante ressaltar que essas fontes dizem respeito a um recorte social de pessoas que tinham bens para serem inventariados e, que, logo, se trata de uma pequena parcela da população de Pernambuco. Esses documentos são testemunhos referente a vida e a morte das pessoas descritas e “contém ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade que ele viveu” (FURTADO, 2011, p. 93).

Ao que se pode perceber, os inventários analisados trazem cativos entre as posses. A quantidade de cativos que vinham diminuindo é devido ao fato de que o comércio de escravizados sofreu impactos na aquisição. Outra hipótese é de que devido aos impostos pagos à província, eram suprimidas. Mas essa última observação não era a regra. O que precisa ser registrado é a relevância da documentação cartorial para a realização das pesquisas e contribuem bastante para os trabalhos historiográficos.

Obviamente seria muita ingenuidade em acreditar que os inventários revelam todas as informações, mas são pistas para compreender uma sociedade pautada na escravidão como principal fonte de riqueza de uma nação. Sobre as informações dos escravizados, os inventários revelam bastante, no entanto ocultam muito mais. Os documentos mostram a composição de famílias, número

de escravizados, morbidades, idade dos esposos e esposas, filhos, habilidade e valores de cada.

Os escravizados designados como mercadoria, denotam de uma elasticidade psíquica e física que faz com que seus corpos sejam testemunhas de toda violência que sofreram e, de alguma maneira, muitos tinham a capacidade de rápida adaptação ou recuperação. Com toda violência que sofreram, conseguiram se reinventar, construir famílias e relações sociais e recomeçaram suas vidas, apesar do cativeiro e desenvolver estratégias de redes de liberdade e resistência.

### **3.2 O QUE DIZEM OS INVENTÁRIOS**

Vamos falar do inventário do senhor Cristovão de Barros Rego um senhor de posses significativas. Era seu O Engenho Caiará, atualmente conhecido como São Lourenço da Mata, Região Metropolitana do Recife. Cristóvão de Barros Rego era Um senhor possuidor de lavouras típicas da região de Pernambuco que havia muitos escravizados em sua propriedade.

A escravaria do senhor Cristovão de Barros Rego era composta de uma peculiaridade que é a composição de muitas crianças, fruto de laços familiares. Florentino e Góes esclarecem que era necessário para a produção escravista permitindo a constituição de famílias, porque não deixaria de ser uma estratégia política e econômica da escravidão.

Uma estratégia para fazer aliados era fazer parentes. De muitas maneiras se devia fazer um parente, no tempo da escravidão. Não é preciso recorrer a uma infausta digressão sobre o conceito para concluir que, no que diz respeito às relações parentais como expressão de uma aliança política (política e afeto geralmente andam juntos, pois não?), a inventividade dos escravos deve ter sido muito solicitada. Os inventários *post-mortem*, base da reflexão que ora se encerra, informam dos laços parentais surgidos por ocasião dos nascimentos e do casamento católico dos escravos – vale dizer da criança de famílias cativas. Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança, escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam



laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança (FLORENTINO, GÓES, 2017, p.173).

Já para Slenes, a família escrava era elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa, pois que o grupo poderia compartilhar experiências, valores e memórias. As famílias arroladas nessa escravaria, além de fazerem de suas vidas de esperança e recordações, era possível verificar uma formação de identidade e de uma malha de solidariedade.

A 'família' é importante para a transmissão e reinterpretação das culturas e da experiência entre as gerações. O grupo subalterno que tem instituições familiares arraigadas no tempo e redes de parentesco real e fictício não está desprovido de "formas de união de solidariedade", muito menos de uma memória histórica própria; portanto, suas interpretações da experiência imediata nunca serão idênticas às do grupo dominante nem poderão ser previstas a partir de um raciocínio funcionalista (SLENES, 2011, p. 124).

Assim, a família escrava ia aliando estratégias de resistência e apaziguado tensões dentro das escravarias oriundas das desigualdades determinadas pelo tráfico.

O contingente de cativo sob a tutela de Cristovão de Barros Rego era grande, e constavam com cinco doentes e dois que vieram a falecer e um ficou cego. O cativo mais velho dessa leva tinha 30 anos, que se chamava Jeronimo, ficou cego. Possivelmente pelas circunstâncias do trabalho exaurido e condições de saúde não muito boas. Mesmo cego, Jeronimo não foi alforriado. Não somente porque ele poderia ficar desamparado legalmente, mas, sim, os cativos com deficiências e até os idosos tinham valia dentro da senzala. Seja para prestar alguma solidariedade junto aos companheiros, demonstrar que o senhor tem misericórdia e até mesmo evitar uma rebelião. Também uma forte razão seria de resguardar o patrimônio da família. A liberdade dos cativos em condições de saúde fragilizadas representaria uma perda significativa de bens, mesmo Jeronimo não tendo valor nenhum.

As condições de saúde não deixam claro o que tinham, mas de qualquer modo

apesar disso, estudos têm avançado no sentido de relacionar questões mais gerais sobre o cotidiano enfrentado pelos escravizados e alforriados, como má alimentação, falta de assistência e trabalhos excessivos, considerando contextos específicos referentes à área urbana ou rural, às flutuações do tráfico, aos costumes e crenças, à organização das famílias e comunidades, às relações sociais e à legislação (PIMENTA & GOMES, 2016, p. 8)

Mesmo não conseguindo identificar ou não especificar as doenças, é importante estabelecer relações entre perfis sociais e demográficos, identidade ocupação e gênero.

Uma escravaria também de que merece atenção é a da senhora Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa. Uma senhora que contém, pelo que percebemos, através das suas descrições, somente escravos de ganho. A escravização nos meios urbanos era indissociável do trabalho compulsório. As grandes cidades banhadas pelo Atlântico passaram por um processo de “africanização”, porque foram nelas que houve grande quantidade de desembarques de escravizados até a proibição do comércio de gente em 1831 (CARVALHO, 2018). As cidades de Recife e Salvador eram as principais conexões entre o continente africano e a terra *brassillis* (ALENCASTRO, 2011). O resultado foi um processo de trocas de culturas da população urbana e com a quantidade imensa de cativos vivendo no Recife e nas cidades próximas, estima-se que na comarca do Recife, no início da década de 1840 havia 51% de cativos, mesmo levando em conta os processos de subnotificações (CARVALHO, 2018).

Com essa crescente população dos cativos, era muito comum eles trabalharem nos portos, em obras públicas e nas ruas. No inventário de Ana Cristina fica-se evidente que ela vivia, ao que podemos ver, dos pequenos pagamentos que os cativos repassavam para ela. Muitos cativos de ganho exerciam profissões que garantia uma renda para a sua senhora e para eles mesmos. Sobre os o exercício do ganho entre escravizados José Reis, escreve que

como os domésticos, os trabalhadores de rua eram, sobretudo, escravos e libertos nascidos na África e seus descendentes. Foram chamados *ganhadores* e *ganhadeiras*. Os homens se ocupavam em geral do carregamento de pessoas (em cadeiras de arruar) e objetos de todo tipo e tamanho, enquanto as mulheres deambulavam pelo espaço

urbano a vender toda sorte de mercadoria, entre outros afazeres que as obrigavam a sair às ruas. Quando escravos, eles e elas contratavam com seus senhores a entrega semanal de determinada quantia, e o que sobrasse podiam embolsar. Esse sistema, chamado de *ganho* – daí ganhadeiras e ganhadores —, permitiu que muitos poupassem o suficiente para comprar suas alforrias. (2019, p. 15)

A maior parte dos cativos urbanos vivia no sistema do ganho. Eles saiam para as suas diversas ocupações e a partir de um determinado período os cativos voltavam para seus senhores com quantias fixas. (REIS, 2019). O cativo se comprometia a entregar regularmente quantias ao seu senhor e poderia morar e guardar para si uma parte do dinheiro excedido.

Na escravaria de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa muitos cativos circulavam com bastante autonomia e moravam na sua propriedade. Algumas profissões eram bem mais rentáveis e procuradas pela elite. É possível inferir que os serviços de alfaiataria de Joao, um mulato de 22 anos, estavam valendo 500 mil reis. Por se tratar de cativo com um ofício bem requisitado pela corte, podia-se deduzir uma questão de oferta e demanda. Também com a proibição do tráfico, havia uma especulação arbitrada.

Além disso, os valores podem ser relacionados ao fato de que a maioria das tarefas atribuídas aos trabalhadores escravizados dependia de força física e quando se cruza idade e gênero. Essa compressão é característica nos inventários analisados.

Em contrapartida, os serviços de casa e de deitar canoa tinham seus valores inferiores aos que tinham algum ofício e os cativos de ganho. Joaquina de dois anos de idade tinha um valor quase equiparado há outros cativos, isso poderia ser explicado pela falta de escravo devido o fim do tráfico.

A economia dos centros urbanos fez florescer o trabalho de ganho dos escravizados. Essa modalidade de trabalho dos escravizados urbanos fora de casa de seu senhor para adquirir vender mercadorias e outros serviços que exigissem força física eram de grande volume. Uma parte do valor do trabalho de ganho deveria ser destinada ao senhor. E se o valor acordado não fosse correspondido ao acordado, havia punições. E em muitos casos os escravos de ganho tinham que prover sua própria comida.

Os trabalhos de ganho eram vários, havendo escravizados que se ofertavam como carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras funções que o meio urbano necessitava (MACHADO, 2004). O impacto da escravização urbana no Brasil foi considerável, constituindo diferenças para outras sociedades escravistas das américas. No Brasil surgiu verdadeiras “cidades negras”, principalmente, nos Oitocentos, como espaço de muito marcado de pelo trabalho compulsório, principalmente, em campos de serviços, por exemplo, carregadores, quitadeiras, vendedores de peixes, tanoeiros, carpinteiros, entre outros (REIS, 2019).

No inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa havia, majoritariamente, escravizados de ganho, inclusive por ter função de trabalhar fora, eram mais valiosos, por exemplo, João que com a função de alfaiate tinha um valor de 500 mil reis. Pelos valores que subiam com alimentação, fiscalização e vestimentas, devia haver uma garantia de renda, por isso era um negócio garantido de lucro distribuir os escravos de ganho pela cidade. Essa forma de dominação foi um importante fenômeno no processo histórico brasileiro. No entanto, indubitavelmente, os escravizados sempre encontraram resistência dos indivíduos submetidos às condições de cativos,

onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ir a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Aqui também a lista é longa e conhecida. (REIS, GOMES, 1996, p. 9)

A escravização consolidou-se como uma fonte rentável para uma sociedade. O papel do escravizado na ordem econômica e social foi de grande relevância, pois os senhores entendiam e

[...] incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade, [...] que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades produtivas; e que a condição de escravo era herdada a não ser que fosse tomada algumas medidas para modificar essa situação (LOVEJOY, 2002, p. 30).

Claro que entendemos que existiram diferentes características nas sociedades em que a escravização foi construída, que se precisou adequar-se aos contextos sociais, culturais e econômicos. Devemos esclarecer que os donos de escravizados poderiam exercer de maneira mais rígida a autoridade entre os cativos, no entanto quanto aos tratamentos ofertados aos cativos por seus donos, Lovejoy esclarece que

em geral era alcançada alguma espécie de acomodação entre senhores e escravos. O nível sociológico dessa relação envolvia um relacionamento por parte dos escravos de que eles eram dependentes, cuja posição requeria subserviência ao seu senhor, mas igualmente necessitava da aceitação por parte dos senhores de que existiam limites até onde os escravos podiam ser forçados. (2002 p. 36)

Continuando com as discursões sobre a saúde nos inventários, os inventariantes faziam-se questão de colocar “sadio”. Os trabalhos de ganho eram variados, havendo escravos que se ofereciam como carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras especializações que o meio urbano necessitava. Entre essas profissões houve destaque para os vendedores, que andavam pelas ruas das cidades com tabuleiros de quitutes, hortaliças, peixes frescos, e outros gêneros (MACHADO, 2004). O escravo de ganho servia para o interesse de seus senhores, mas o cativo vislumbrava desse tipo de serviço como “possibilidade” de liberdade e realizar redes de sociabilidades.

Muito embora a escravidão tinha marcado toda sociedade brasileira e vários extratos até o final do século XIX, até pouco tempo vários autores chamaram atenção para a escassez de pesquisas e nativas que tratassem da saúde dos escravizados.

A falta de discursos médicos referentes as doenças dos escravizados e a respeito à condição escrava de saúde escrava foi interpretada como ausência de preocupação com a realidade do cativo pela comunidade médica. no Brasil, até na metade do século XX a história da medicina considerou as práticas de cura, as terapêuticas africanas e suas contribuições como limitadas como feitiçaria, em contraposição as indígenas. As artes de curar dos africanos e seus

descendentes deixaram poucas marcas visto que os supostos feiticeiros negros assimilaram os conhecimentos médicos indígenas e europeus (conhecido também como a homeopatia) e as práticas de cura teriam se transformado em uma medicina popular mais ou menos disseminada.

A medicina seria "contaminada pela feitiçaria relacionada com a magia" (PORTO, 2007), condição que teria feito as práticas de cura se perderem em são as noções essenciais terrenas e a parte sobrenatural de que estava e levada perdurou entre os praticantes disseminando-se pela produção enxuta.

Ter escravizados de ganho e sadios é uma soma perfeita. As demandas de mão de obra aumentaram na primeira metade do século XIX. As ruas do Recife cheias de escravizados, negros de ganho e de vendedores ambulantes. Foi durante o Oitocentos que o Brasil recebeu o maior número de escravizados.

Com o fim do tráfico transatlântico e as consequências do abastecimento de mão de obra era uma preocupação, logo os senhores propuseram um comercial entre as províncias, principalmente nas Regiões Norte e Sudeste.

O preço estava cada dia mais alto, isso sem contar o fato de que, como lembravam os fazendeiros, o tráfico acabou-se e não volta; as províncias do Norte em pouco se esgotam, a mortalidade dentro de alguns anos leva-nos a escravatura em todo, ou grande parte (GOMES, 2006, p. 239).

Em teses médicas em manuais agrícolas voltados para fazendeiros, podia-se observar uma reflexão e preocupação sobre a saúde dos escravizados. O pano de fundo depois do fim do tráfico imposta pela lei de 1831, nos permitiam compreender que eram necessários cuidados com a escravatura e de sua reprodução interna. O que sucedeu todo esse novo discurso de tratamento dos cativos foi o *Manual do agricultor brasileiro*, de 1839, o qual se dedicava em boa parte ao tema da saúde dos escravizados. Leremos algumas palavras de Taunay,

os trabalhadores carecem de todo o cuidado e estudo da parte dos seus senhores, que na sua comprar empatam a maior parte dos seus fundos, estando os seus rendimentos e fortuna posto em loteria cujos lances favoráveis depende em grande parte da sua vigilância e aptidão para governar. (TAUNAY, 2001, p. 82).

Circunstâncias estas escritas por Taunay impetravam reorganizações e novas transações que fossem firmados no dia a dia dos senhores e dos cativos, sobretudo nas regiões onde o crescimento econômico, nas quais o escravo era essencial. Nesse intuito, ficou-se revelador o discurso dos manuais de fazendeiro durante o oitocentos. Realizando esses inventários podemos concluir, em certa medida, a preocupação com a manutenção da ordem escravista., pois, que se expressam sob a forma de recomendações. Os manuais retratam uma época que muito embora avançada de ordem intelectual, mas preservando o status quo dos frutos de experiências vivadas por indivíduos que impunham a habilidade para governar os cativos.

Outro manual que requer uma atenção é o *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*, de Jean-Baptiste Alban Imbert, teve sua publicação inicial em 1834. Os senhores estavam com grandes dificuldades para o tratamento dos escravizados doentes, pois, somente com o “*status*” de sadio teria algum valor, os fazendeiros renderam-se aos aparatos da medicina que estava em pelo fervor nos oitocentos. Muitos senhores não se opuseram sobre as determinações de saúde e alguns tratamentos terapêuticos que foram usados pelos fazendeiros no dia a dia com os cativos.

A jornada de trabalho intensa dos cativos rurais era extremamente difícil, mas Taunay alertava que

um senhor judicioso deverá sempre combinar as tarefas extraordinárias e os trabalhos noturnos, de forma que o preto venha a ter o equivalente em sustento e descanso [...], o preto, que nada vê a ganhar nesse excesso de fadiga, entrega-se ao desespero, e brevemente definha. (2001, p. 66),

Os manuais, em alguma medida, procuraram seguir uma linha lógica, falando das doenças e da saúde dos cativos, e depois tratando de maneira particular de cada situação que se indicaria um tratamento, no qual era muito focada somente na perspectiva de higiene. Depois de salutar com hipóteses higienistas, aí viria um tratamento particular de para cada cativo. Mesmo nos dois dos três inventários analisados.

Os inventários não trazem especificidades sobre morbidades e nem tratamentos usados para salutar a vida dos cativos, no entanto, devido à

escassez de cativos, possivelmente, havia prescrição do receituário que era um grande instrumento para o trato da saúde.

A leitura dos manuais propunha como fundamental remediar os abusos cometidos na tentativa de curar as enfermidades que se alastravam nas áreas rurais não atendidas pelos médicos. Sobre essa tentativa de alertar os senhores de engenho, o prefácio do Manual do Fazendeiro, Taunay, escreveu

[...] refletido sobre os erros irreparáveis, que nascem incontestavelmente da prática médica popular [...] veio-nos o pensamento de os remediar, tanto quanto coubesse em nosso poder, uma instrução própria a dirigir os proprietários distantes de todo o socorro, no tratamento das enfermidades dos negros, de seus estabelecimentos [...] (TAUNAY, 2001, prefácio).

A sociedade imperial em meados de 1840, suscitou uma crítica ao tráfico Atlântico. Com chegada de navios vindos do continente africano o momento auge dessa de críticas se deu durante epidemia de febre amarela, Chalhoub (1996) e Kodama (2008).

No entanto era difícil romper com esquema lucrativo da escravidão. A eficácia do tráfico de cativos e a permanente reposição da mão de obra escrava para a estrutura à época, era de grande importância para quase todos os segmentos sociais. As análises dos registros vitais logo forneceram outros vieses interpretativos: primeiro a possibilidade de reprodução vegetativa de escravos, taxas de mortalidade e de morbidade foram temas que a história do social pouco se sentiu na obrigação de elucidar. As questões relativas às categorias como estados de saúde, sexo e faixa etária, trouxe ainda para o pesquisador um complicador de difícil solução qual seria o registro de um mesmo conjunto e sintomas e sinais como causadores das morbidades (KARACHI, 2000).

Como os inventários são ferramentas judiciais que, muitas vezes, burlava-se as informações para sonegar impostos ou até não declarando os bens para n sistemas e concepção de doenças explicitados nesse registros que, quando complementados com os documentos médicos, quando existiam, esclarecem pensamentos que organizam o saber médico que em última instância é o que qualifica alimentadora das doenças, ou seja, o médico ele não estava muito preocupado hein dá seus conceitos e dá seus pareceres mais técnicos para a população escravizada em virtude que a escravidão era vista com maus olhos



para a sociedade brasileira portanto deve-se fazer o mínimo porque o mínimo é o necessário para encher as pessoas para os cativos.

Além disso, quando nos referimos as doenças e as problematizações encontradas nas suas descrições, fica muito difícil localizar uma descrição sobre os sintomas estão diretamente associados ao diagnóstico.

As doenças presentes no continente africano acabam por expor em seus habitantes determinados arranjos de sobrevivência que seriam, necessariamente, alterados no ambiente do outro lado do Atlântico seja no Brasil. A malária, por exemplo, estava presente de forma endêmica no continente africano, no entanto, as preposições dos organismos combinando mais que uma parasita, poderiam agravar e até antecipar a morte. Qualquer problema de saúde associada as péssimas condições de higiene, agrava-se ainda mais a saúde dos cativos (CHALHOUB, 2003).

Vale salientar que uma característica que deve ser realçada nas observações é que o contágio e as doenças imobilidade ou escravizados e a disseminação de doenças eram consideradas pelo fato de os negros andarem descalços como observar em diversos viajantes como Tollenaire (1944) já descreviam tal insalubridade.

O pensamento médico instituído em instituições científicas como as primeiras faculdades de medicina no Brasil estava frequentemente envolvido no sistema escravista. Discursões sobre a “vinda” das enfermidades por meio dos africanos nos navios negreiros (CHALHOUB, 1996), teses, artigos e escritos médicos sobre as condições de higiene (BARBOSA, 2008) dos sujeitos negros são exemplos de algumas produções que científicas que é possível identificar o discurso médico sobre a escravização. Salientamos também que os médicos estiveram envolvidos na avaliação da saúde dos cativos, pois as condições de sadio poderia ser mais significativo para os senhores.

Quanto às análises dos inventários, não houve uma descrição e classificações e nomenclaturas que ligassem à saúde e os cativos, no entanto podemos levantar hipóteses, pois não era de interesse dos inventariantes expor moléstias que poderiam diminuir os valores dos cativos. Entre os inventários analisados, podemos depreender que mesmo sendo descritos como sadios,

havia uma preocupação pela saúde dos cativos, porque nos anos de 1830 já havia debates científicos, tratados de saúde dos cativos, além do mais os cativos começaram a serem vendidos mais caro, questão imposta com o fim do tráfico de 1831 (BARBOSA, 2008).

Os estudos ligados ao campo da história social da escravização ajuntado com abordagem da micro-história, podemos tomar o cativo enquanto personagem histórico movido por interesses, ambiguidades e indefinições junto a concepções que consideram as doenças e a saúde enquanto construções sociais contextualizadas no tempo são as que mais interessam a investigação.

Analisar os inventários nos faz compreender as concepções sobre os cativos descritos quando relacionamos gênero, idade, condição de saúde e ocupação. Enquanto ideia mais ampla sobre a história social, ressaltamos uma perspectiva sobre indivíduos participantes de uma realidade histórica marcada por um regime de opressão. Conforme Chalhoub em uma entrevista dada à revista Aedos:

por história social eu entendo a necessidade de que as pesquisas históricas incluam a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. Por um lado, é importante entender as políticas de dominação enquanto uma série de elementos presentes numa sociedade específica que conduzem a procedimentos de exclusão, de reprodução das desigualdades sociais, estruturas que reproduzem a distribuição desigual de recursos, privilégios, e como essas coisas mudam ao longo do tempo. Por outro lado, o que caracteriza a história social é incluir nesse universo a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. (BERGAMINI; TIBURSKI; BITTENCOURT, 2009, p. 313).

Analisar “o que as pessoas fazem com o que fazem delas” é importante para a análise histórica da vida dos cativos. Assim sendo, indagar as concepções e ações dos outros personagens envolvidos como políticos que facilitaram contundentemente o tráfico e a escravização. Além de esclarecer dinâmicas complexas entre indivíduos para além de generalizações e dicotomias de discursos do senso comum.

Em outra escravaria que analisamos a de Antonio José Marroquim havia um cativo chamado de Manoel de nação Rebolo, que apresentava 27 anos e o qual tinha a perna esquerda uma costura cicatrizada, provavelmente, devido ao serviço de serrador, porque os acidentes eram constantes, principalmente quando não se havia uma preocupação de prevenção de acidentes. Obviamente que não se discutia política prevenção tanto para os cativos quanto para qualquer trabalhador livre. A pauta de debates na primeira metade do século XIX era mais ligada aos movimentos separatistas e sociais. O cativo Manoel estava avaliado em 500 mil reis. Possivelmente poderia ter outras cicatrizes que podem estar encobertas pelos trajes e essas marcas de morbidades poderiam traçar sua identificação social. Os tratamentos de saúde conferidos a Antonio Rebollo era para assegurar não somente sua vida, mas também seu artífice, que era muito requisitado. Os cativos de Antonio José Marroquim eram preciosos principalmente após com o fim do tráfico de gente em 1831.

A alimentação desse cativo, embora não fossem descritas no inventário, eram comidas que continham suplementos vitamínicos suficientes para desenvolver uma vitalidade necessária para o trabalho, possibilitassem sua recuperação o mais rápido possível, basicamente, os alimentos seriam farinha de milho e de mandioca, angu, carne seca, até de verduras e legumes. Os senhores não tinham a intenção de matar de fome seus cativos, no entanto muito pouco contribuía para a nutrição básica e necessária.

Também é de esperar que o corpo marcado também é um estigma que o cativo levava por toda sua vida. Suas marcas eram usadas como seus nomes. Deixa-se de ser Manoel Rebollo para ser o homem “o serrador da perna costurada”. Uma vez que as marcas deixadas pelos acidentes significam muito para uma sociedade que prezava pelo corpo como uma instância de beleza de uma herança europeia de classe social.

Ter um ofício no meio urbano possibilita ter redes de sociabilidade com outros cativos e setores sociais que ficariam inviáveis, muitas vezes, para outros escravizados. Pois, além de prover serviços para o seu senhor, Manoel Rebollo pode ter exercido atividades para outros senhores, bastasse que esses entrassem em contato com o dono do serrador Manoel. Além disso, as possibilidades de realizar trabalhos sem o dono da escravaria saber é muito

grande, porque na cidade as relações entre os cativos eram mais acessíveis devidos aos deslocamentos que os cativos faziam para seus donos. Essas relações poderiam possibilitar uma renda para a cativo. Um jovem de 27 anos poderia ser mais astuto e driblar o seu senhor, sabendo que essa renda extra poderia ajudar outros cativos em situações de mais difíceis, ou até angariar uma contia que poderia possibilitar, mesmo que remotamente, o mesmo com pagamento de alforria.

Com o fim do comércio de cativos de forma legal, já se suscitava debates e resistência para a ao libertações dos escravizados, de modo que as conversas miúdas em um bairro pequeno correm com o vento. Além disso, os movimentos que transformaram a cara do Recife em um palco para abolicionistas, pois a província de Pernambuco era um dos lugares que mais desembarcaram africanos no decorrer de mais de 300 anos.

Além de Manoel de nação Rebollo com sua morbidade também há nessa escravaria Pedro do gentio de nação da Costa que tinha 36 anos e tinha três dedos da mão esquerda amputada. Ele estava avaliado em 200 mil reis, sadio e os serviços prestados eram de casa. Apesar de o cativo de Antonio José Marroquim está descrito como serviço de casa, é possível depreender que os serviços podem estar relacionados trabalhos de ganho.

Ao saborear o inventário de Felipe Lopes Netto, encontramos no seu inventário uma cativa muito peculiar. Seu nome é Catharina de angola 55 anos, lavanderia, mentecapta. Avaliada em 80 mil reis. Como os inventários são feitos antes de da morte do inventariante, na hora da partilha Catharina faleceu nesse intervalo de tempo.

Antonio Angico de idade 40 anos, serviços de casa paralitico do braço e da perna esquerda. Avaliada em 80 mil reis. Antonio sofria de apoplexia cerebral, que seria uma dilatação de um dos vasos sanguíneos da cabeça que poderia desenvolver sequelas a paralisia de uma parte do corpo. Na partilha de bens entre os herdeiros, Antonio não chegou a sobreviver, veio falecer antes. O cativo sofria de apoplexia cerebral. Seria possível entender que pelas características de acordo com Chernoviz (1851) que se tratava, possivelmente de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Entre os cativos de Lopes Netto havia também o trabalho de ganho. Lusía de angola, 30 anos, quitandeira e lavadeira, sadia. Avaliada em 350 mil reis. As atividades urbanas de Lusía podem caracterizar funções de também de um trabalho de ganho, porque se ela exercia o ofício de vendedora de quitutes no serviço de lavadeira, não havia impedimentos para realizar atividades no centro urbano, de modo que é possível que na escravaria de Lopes Netto fazia proveito do dinheiro arrecado pelos cativos.

A cativa Maria de angola, 40 anos, engomadeira costureira, lavadeira e sadia. Avaliada em 300 mil reis também se encaixa no trabalho de ganho. Tanto Maria quanto Lusía eram descritas como sadia, porque é de grande importância ter a saúde de sua mercadoria em dia, sobretudo, pois, seus afazeres exigiam muito da força e energia do corpo.

Mas Felipe Lopes Netto tinha algumas peculiaridades. Uns cativos crianças. Bonifácio que apresenta 9 anos, pardo, fugido. Avaliado em 300 mil reis. Agora estamos tratando de uma criança. Observemos o detalhe para o fato que no inventário não esclarece nenhuma relação familiar ou mesmo laço afetivo que seja. Possivelmente, estamos diante de um contrabando de cativos.

Felipe Lopes Netto era um senhor de grande poder e influente na política brasileira, de modo que, é possível que com as barganhas sociais e políticas ter acesso, mesmo com o fim do tráfico de cativos. O regente da província Antônio Pinto Chichorro da Gama, muitas vezes, fechava os olhos para o que estavam acontecendo além do Recife e Olinda. Marcus de Carvalho em seu texto *A rápida viagem dos 'Berçários Infernais' e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831*, que busca contribuir para o debate sobre a presença de marcante de crianças no contrabando de africanos escravizados no século XIX. Com isso, Carvalho (2018) esclarece que as ofertas de cativos para as Américas têm indicativos marcante de presenças de crianças nos navios negreiros. Não é uma coisa de se estranhar que tráfico de crianças realizando uma correlação com as embarcações pequenas para não deixar visivelmente o tráfico. Daí esses "berçários infernais", segundo o Capitão Forbes, que comandou o *Bonetta*, um dos barcos que ingleses que patrulhavam o litoral, na tentativa de reprimir o tráfico de gente na década de 1840 (Forbes apud

Carvalho, 2018). Crianças eram uma carga maleável e adequada a espaços pequenos que pudessem favorecer a continuidade do tráfico.

Além de Bonifácio, havia Isadora, parda, que apresenta 3 anos, avaliada em 150 mil reis; Bertholesa, crioula, de idade que apresenta 2 anos de idade e avaliada em 250 mil reis. Quanto menor a idade, aparentemente maior o valor do cativo. Para trazer essas crianças eram de um risco muito grande que sempre permeava entre a apreensão e a morte dos cativos na viagem. Josefa, Crioula de idade que apresentava sete anos avaliada em 250 mil reis.

Nessa escravaria tinham 4 crianças, 3 meninas e 1 menino. Essa constatação também é um indício de preocupar com a procriação de cativos interno. O tráfico transatlântico estava proibido, mas o abastecimento para as outras regiões do Brasil eram permitidas.

Na escravaria de Lopes Netto havia além de crianças, Constância de Angola com idade de 25 anos com ambas as pernas com erisipela e ficou cega de um olho. No inventário não demonstrava tal morbidade, no entanto com a partilha dos bens foi atribuída sem valor, devido à doença que contrair. A erisipela como era tratável, possivelmente foi aplicada algum método de saúde para controlar sua morbidade, principalmente por ser mulher. Todavia, quando é tratado tardiamente ou maltratada, pode avançar para um estado que ficaria de difícil cura. A moléstia é caracterizada com uma vermelhidão da pele e inchaço considerável em partes externas do corpo, nas mulheres, de acordo com o dicionário de CHERNOVIZ (1851) pode acometer nas partes íntimas. Mas, tanto em homens e mulheres a erisipela pode desenvolver em várias partes do corpo, inclusive pode desenvolver uma inflamação do cérebro que o tratamento deve ser a sangria. Mas também, é muito possível que haja sequelas como a cegueira, que poderia ser a erisipela não cuidada de Constância.

Essas amostras de inventários norteiam muitas evidências que podem ser trabalhadas se ampliarmos em um grande exaustivo e avaliar melhor as circunstâncias da saúde e das morbidades dos cativos.

Anastacia, parda com idade de dezesseis anos, costureira, avaliada em 450 mil reis. Essa avaliação pode consistir devido ao ofício que ela exercia e por ser mulher jovem e sadia, na qual era também uma forma de procriar cativos. Os

serviços de costureira eram muito requisitados pela sociedade pernambucana, de modo que era de grande valia esse ofício, principalmente para uma sociedade que almejava trajes de inspirações europeias.

#### **4. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO**

Não se pode pensar educação sem levar em consideração a realidade concreta criada pela herança cultural, pela evolução econômica e a estruturação do poder político, pois o ato educativo deve promover um discurso de acordo e compreensão que se tem da realidade social em que os sujeitos estão inseridos (ROMANELLI, 2004)

No campo da Educação, essa fragilidade do humano está atingindo patamares (quase) nunca alcançados, sobretudo no que diz respeito à formação docente. Parece que há consenso, nos cursos de formação de docente, em recorrer a técnicas e textos específicos, como os tratados universais da fealdade humana; as maneiras de domesticar crianças hiperativas, compulsivas e impulsivas; as novas formas de se tornar um professor-show; entre outros assuntos que não, necessariamente, refletem a realidade. A consciência histórica é uma “combinação complexa que contém a apreensão do passado, regulada pela necessidade de entender o presente e presumir o futuro” (RÜSEN, 2011, p. 36-37)

No processo vivenciado pelos cativos e seus descendentes e como afro-brasileiros, tem ao longo da história elaborado um pensamento próprio reconhecendo que sua história começa na África, assim como suas raízes étnicas. Lutando para assumir de forma plena seu papel na sociedade.

## 5. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Tem-se por proposta a elaboração de um paradidático direcionado ao aluno do 8º ano. O livro *As vidas invisíveis importam também: a escravização, a saúde, o trabalho no século XIX*, tem como prerrogativa aprender história da escravização a partir dos inventários, tendo em vista que a consciência histórica se apresenta como conjunto das operações mentais com as quais os sujeitos interpretam a sua experiência de vida. interpreta também essa mudança temporal do seu mundo e a mudança temporal de si mesmo, de forma tal que possa essa percepção posta orientar, intencionalmente, a sua vida prática no tempo.

É importante destacar que a constituição do sentido da experiência do tempo, expressa pela narrativa histórica, se constitui mediante a operação genérica e elementar da vida prática do narrar com qual os indivíduos orientam o seu agir e o sofrer no tempo, quer dizer, mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo.

Diante disso, são instituidoras de identidade por meio da memória e são inseridas como determinação de sentido no quadro da orientação da vida prática humana. A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo da qual passado, presente e o futuro formam uma unidade integrada mediante a qual justamente constitui sua consciência. Logo, o que vem a ser e o que seria então o aprender história, como aprender história a partir dessa nova racionalidade histórica?

Buscando as reflexões de Rüsen (2010) da aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência ela está articulada ao modo como a experiência do passado é vivenciada e interpretada de maneira a fornecer uma compreensão do presente e a constituir projetos de futuro. O que isso significa então? Significa se orientar no tempo a partir de múltiplas experiências do passado e expectativas de futuro levando em conta a intencionalidade da ação dos sujeitos no presente.



Como fazer então com que os alunos aprendam a interpretar a história construindo suas narrativas históricas? Isso é possível? Quais os princípios epistemológicos que possibilitam que esses sujeitos narrem a partir das diversidades temporais? De acordo com a historiadora portuguesa Isabel Barca a aprendizagem histórica se dá quando professores e alunos investigam as ideias históricas. Essas podem ser tanto ideias substantivas da história como os conteúdos históricos, como as categorias estruturais ligadas a aprendizagem da história, nesse aspecto a narrativa histórica é o princípio organizador dessas ideias, a partir delas a aprendizagem histórica configura a capacidade dos jovens de se orientar na vida e constituem uma identidade se dá na relação com os múltiplos sujeitos e suas respectivas visões de mundo, intemporalidade em diversos contextos espaço-temporais por meio da narrativa histórica. Entende-se que esta implica que o passado seja compreendido em relação ao processo de constituição das experiências sociais, culturais e políticas do outro, do domínio próprio do conhecimento histórico.

A narrativa histórica é, portanto, a forma de apresentação desses conhecimentos e se refere a comunicação entre o sujeito. O narrar é um procedimento fundamental da aprendizagem histórica, nesse sentido, esta compreensão passa a ter uma função de orientação temporal na cultura contemporânea. Como reafirma Rüsen (2010) para a narrativa histórica é decisivo que é constituição de sentido se vincule a experiência do tempo de maneira que o passado possa se tornar presente no quadro o cultural de orientação da vida prática contemporânea.

O ensino de história na contemporaneidade é um resultado de uma nova proposta teórico-metodológica e de um ensino-aprendizagem que defende a aproximação da história ensinada nas escolas aos procedimentos investigativos da ciência histórica, a fim de desenvolver nos estudantes competências e habilidades de ler e compreender o mundo historicamente com as ferramentas que a pesquisa científica utiliza.

De acordo Rüsen (2010), existem quatro tipos de consciência histórica aquelas que nós chamamos de *consciência tradicional*, *consciência exemplar*, *consciência crítica* e a *consciência ontogenética*. Vamos então explicar cada uma desses tipos de consciência histórica.

Importante, antes disso, destacar que esses tipos de consciência histórica são expressos por diferentes narrativas históricas fundamentadas, estas em quatro condições de orientação intencional da vida prática no tempo, que ele tenha de uma afirmação, de uma regularidade, de uma negação e de uma transformação. Esses tipos de consciências de narrativas coexistem no mundo contemporâneo, nas historiografias de referência e, também, na vida prática dos sujeitos, seja nas escolas, nos meios de comunicação, nos manuais didáticos e nas demais instituições e são, portanto, intercambiantes (RÜSEN, 2010)

Podemos dizer que um mesmo sujeito histórico, dependendo do sistema focalizado, pode apresentar mais de um tipo de consciência e narrativas históricas, como critério para orientação de sua experiência no tempo. A partir da apropriação do conceito de consciência histórica nessas diretrizes, busca-se analisar as implicações das opções teórico-metodológicas para o ensino da história na formação do sujeito.

Narrar a vida dos escravizados é dar voz aos silenciados. A experiência, antes, incompatível com a certeza de verdade, perde sua relevância. Ela identifica-se com a ordem do casual e do efêmero. Sobre essa compreensão da experiência, salienta Larrosa (2004, p. 22)

a experiência é sempre de alguém, subjetiva, é sempre aqui e agora, contextual, finita, provisória, sensível, mortal, de carne e osso, como a vida mesma. A experiência tem algo da opacidade, da obscuridade e da confusão da vida, algo da desordem e da indecisão da vida. Por isso, na ciência tampouco há lugar para a experiência, por isso a ciência também menospreza a experiência, por isso a linguagem da ciência tampouco pode ser a linguagem da experiência.

Nessa perspectiva, se existe algo que a experiência poderia colaborar é na arte de narrar ao provocar, suspender valores e incitar paixões que, juntas, podem abrir forças criativas no mundo formado por indivíduos solitários e angustiados; indivíduos atravessados por experiências efêmeras, justamente, por serem vividas isoladamente em uma sociedade dividida. Nesse contexto,

são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1991, p. 198).

Narrar histórias sempre foi à arte de (*re*) contá-las de novo, e ela se perde no caminho quando não são mais conservadas e transmitidas para outras gerações. Ela se perde porque ninguém mais fia, tece, trama enquanto ouve as histórias. Assim, quando o ritmo de trabalho dos professores é intenso, eles escutam as histórias de outros professores de uma maneira que não contribui para uma experiência coletiva transformativa atrelada a sua formação.

A narrativa, portanto, sempre carrega uma dimensão formativa. Contudo, a educação moderna e pragmática transforma a experiência de narrar vivências em experimentos acadêmicos utilitários (BENJAMIN, 1991, p. 200).

Com isso, a valorização do presente é afirmada mediante um conceito de barbárie “a serviço da transformação da realidade, e não de sua descrição” (BENJAMIN, 1991, p. 117), os “novos bárbaros” são “solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia” (BENJAMIN, 1991, p. 119).

Esse autor sugere encarnar radicalmente os antagonismos e contradições da modernidade. Benjamin expõe as incompletudes do projeto chamado “modernização” — contraditório, inacabado, mal resolvido. Portanto, a narrativa produz uma reviravolta “copernicana” no saber histórico, pois permite pensarmos criticamente a história. No livro *Passagens*, Benjamin escreveu que

a revolução copernicana na visão histórica é o seguinte: considerava-se como o ponto fixo ‘ocorrido’ e conferia-se ao presente o esforço de se aproximar, tateante, do conhecimento desse ponto fixo. Agora, esta relação deve ser invertida, e o ocorrido, torna-se a reviravolta dialética, o irromper [*Einfall*] da consciência desperta. Atribui-se à política o primado da história. Os fatos tornam-se algo que acaba de nos tocar e fixá-los é a tarefa da recordação. E, de fato, o despertar é o caso exemplar da recordação: o caso no qual conseguimos recordar aquilo que é mais próximo, mais banal, mais ao nosso alcance. [...] existe um saber ainda-não-coexistente do ocorrido cuja promoção tem a estrutura do despertar. (BENJAMIN, 2006, p. 433-434)

Devemos despertar para a realidade que está ao alcance de nossas mãos e, muitas vezes, teimamos em não ver. Despertar também para a nossa proximidade com o passado cuja afinidade eletiva com o nosso agora permite estruturar um novo espaço, que coincidirá em uma nova atitude no mundo. O docente não é mais um detetive do passado, é um investigador que se recorda de modo ativo, vindo a promover o encontro transformador do ocorrido.

Essa perspectiva pode ser observada nas diferentes abordagens curriculares que historicamente marcam o ensino de história. Destaca-se que a ideia de ontogenética, a que não se refere a um conceito biológico, refere-se ao processo histórico de constituição dos sujeitos em desenvolvimento em que estes se orientam no tempo a partir da relação passado, presente e futuro. Podemos dizer que o sujeito se constitui a medida que tornam, ou tomam consciência do sentido histórico de suas experiências temporais e passam a se orientar no tempo. Além de apontar indicativos para o tipo da consciência histórica que se pretende diagnosticar nos sujeitos. Por exemplo, o ensino de história linear ele está pautado pela valorização de uma história política factual, ou seja, personificada em heróis e acaba excluído a participação de outros sujeitos.

Limita-se a descrição de causas e consequências que acaba não problematizando a construção do processo histórico dos escravizados que muitos ainda estão silenciados sem haver uma contribuição para um saber histórico reflexivo. Os cativos precisam sair da penumbra de uma sociedade que sempre tentou esconder suas histórias de vida. Houve um grande silêncio constrangedor nos história brasileira, na qual os feitos empreendidos pela população branca estão em toda parte, no entanto a imensa população escravizada negra por mais de 300 anos é muito escassa as informações sobre esses anônimos que muito usou-se a força para erguer uma nação que hoje conhecemos como Brasil. Incluir narrativas de brasileiros e cruzar espaços, tempos, de modo a compor um panorama de quem eram os cativos nos inventários.

Nessa recepção de uma historiografia tradicional, acaba se observando a construção de uma consciência tradicional que se expressa em uma narrativa tradicional, que procura dar sentido ao atual modo de vida por meio da afirmação de uma memória das origens. Pois, a maneira que o tempo se apresenta é como se fosse eterno. Outra constituição de sentido é a consciência histórica exemplar, por meio da qual os sujeitos expressam experiências do passado como casos que representam e personificam regras gerais e atemporais da conduta humana e dos sistemas de valores. Essa consciência se expressa por meio de narrativas exemplares, — entende-se por narrativa exemplar aquela que se fundamenta

em regularidade de casos demonstrando aplicação de regras de conduta gerais — nesse tipo de narrativa o tempo é representado como expressão ou extensão espacial, ou seja, uma generalização de regularidade do espaço e seus respectivos valores (RÜSEN, 2010)

No caso da consciência histórica crítica, esta é pautada pela aprendizagem histórica e nas experiências do passado, na qual nessa perspectiva possibilita a formação de pontos de vistas históricos por negação aos tipos tradicional e exemplar da consciência. Sob esse aspecto, o ensino de história rompe com modelos de aprendizagem baseado na linearidade temporal ao distinguir o passado do presente e com a redução das interpretações vinculadas as causas e consequências que acaba se ampliando as possibilidades de explicação e compreensão do processo histórico.

A história é um nexos significativo entre o passado, o presente e o futuro — não meramente uma perspectiva do que foi [...]. É uma tradução do passado ao presente, uma interpretação da realidade passada via uma concepção de mudança temporal que abarca o passado, o presente e a perspectivas acontecimentos futuros. Esta concepção molda os valores morais a um “corpo temporal” [...], a história se reveste dos valores morais em totalidades temporais: tradições, conceitos de desenvolvimento ou outras formas de compreensão do tempo. Os valores e as experiências estão mediados e sintetizados em tais concepções de mudança temporal (RÜSEN, 2011, p.57).

A consciência histórica intercede a relação entre os valores morais e as experiências que vão orientar e dar forma à identidade dos sujeitos; no caso do ensino de história, a consciência histórica dos docentes é determinante em suas escolhas didáticas e pedagógicas e na maneira como abordam o conhecimento histórico em sala de aula. Diria que esse tipo de consciência se expressa em narrativa as críticas as quais valorizam os deslocamentos e problematizações em relação às presentes condições de vida, a partir da contra narração.

Essas contra narrativas propõem uma ruptura em relação às unidades temporais e se baseiam em atitudes, por exemplo, da negação dos valores de orientação predominantemente do presente e na tradição. A negação proposta por essas narrativas marca os pontos de vistas históricos e os distinguem das orientações de sentidos históricos apresentada por outros sujeitos. Algumas concepções de aprendizagem histórica, ao tratar o conhecimento como resultado de investigação e sistematização de análise sobre o passado,

valorizam os diferentes sujeitos e suas relações abrindo inúmeras possibilidades de reflexão e desenvolvendo múltiplas visões de mundo na relação aos processos históricos (RÜSEN, 2011).

A compreensão desses processos históricos torna-se compreensível para desenvolver uma aprendizagem história mais consciente. E quando usamos os inventários para entender um pouco mais os cativos podemos estabelecer rupturas e continuidades da história.

Essa ideia nos faz lembrar Freire (1970), na formação da consciência crítica é necessário que a injustiça se torne um percebido claro para a consciência, possibilitando aos sujeitos inserirem-se no processo histórico e fazendo com que eles se inscrevam na busca de sua afirmação. Ademais, afirma o autor, a consciência crítica possibilita a inscrição dos sujeitos na realidade para melhor conhecê-la e transformá-la, formando-o para enfrentar, ouvir e desvelar mundo, procurando o encontro com o outro, estabelecendo um diálogo do qual resulta o saber

os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que sabem pouco de si (...) e se fazem problema eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas” (FREIRE, 1970, p. 29).

Desse ponto de vista, a consciência histórica dá à vida uma “concepção do curso do tempo”, aborda o passado como experiência e “revela o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças” (FREIRE, 1970, p. 29). Essas mudanças podem ser indicativos do reconhecimento da desumanização como realidade ontológica e histórica e também pode levar à pergunta se a humanização é possível. É possível quando damos vida aos documentos guardados nos arquivos, por exemplo, nos inventários.

Pelas quantidades de cativos analisados nos inventários, muitos deles exerciam alguma profissão, de modo que o valor na negociação de uma futura venda poderia variar seu ofício. Por outro lado, a falta de informação nos

inventários também era uma maneira para não pagar impostos sobre mercadorias e serviços.

Atentando para essa questão, os docentes e discentes acabam percebendo uma história a partir da experiência de vida do outro ao longo do processo histórico, que seja em outras temporalidades sejam em outros espaços. Essas narrativas apresentam as continuidades em um espaço no qual a alteridade dos modos de vida permite a constituição de identidades, ou seja, a constituição do sujeito pelo outro, no entanto há de se ter claro que o outro significa os sujeitos que vivem em outros espaços e outros tempos históricos. Por essas circunstâncias compreender as rupturas e continuidades da história a partir dos inventários vir à tona quem são os sujeitos escravizados e dar um sopro de visibilidade para esse povo negro.

Nessa forma de narrativa o tempo é encarado como um princípio, ou procedimento metodológico sustentado pelas relações de temporalidade, que perpassa pela ideia de permanência, transformações, simultaneidades e recorrência. Por fim diríamos que essas orientações que perpassam pelos diferentes tipos de consciência Histórica, de alguma forma, ela vai orientar a prática docente de forma a contribuir para que essa formação histórica dos alunos seja construída levando em consideração uma racionalidade histórica não-linear e multi-temporal.

A história é um nexu significativo entre o passado, o presente e o futuro — não meramente uma perspectiva do que foi [...]. É uma tradução do passado ao presente, uma interpretação da realidade passada via uma concepção de mudança temporal que abarca o passado, o presente e a perspectivas acontecimentos futuros. Esta concepção molda os valores morais a um “corpo temporal” [...], a história se reveste dos valores morais em totalidades temporais: tradições, conceitos de desenvolvimento ou outras formas de compreensão do tempo. Os valores e as experiências estão mediados e sintetizados em tais concepções de mudança temporal (RUSEN, 2011, p.57).

Se a consciência histórica medeia a relação entre os valores morais e as experiências e serve para orientar os objetivos ligados à aprendizagem histórica e para ser alcançado sua exploração de metodologias aplicadas a epistemologia da história, é importante considerar que a abordagem dos saberes teve atuar de

forma a pensar esses conteúdos temáticos sobre múltiplos recortes temporais, diferentes conceitos de documentos, múltiplos sujeitos e suas experiências. Na qual é importante desenvolver uma perspectiva de diversidade e forma de problematização em relação ao passado, pois poderíamos dizer que levar em consideração as questões anteriores pressupõe construir as condições de elaborar e compreender os conceitos que permitam pensar historicamente. Permite também superar a ideia de uma história como verdade absoluta por meio da percepção dos tipos de consciência histórica expressas e narrativas históricas. A construção da consciência histórica sobre o ponto de vista do aprender histórico e da construção das narrativas históricas pressupõe compreender a construção da consciência histórica sobre o ponto de vista da necessidade de perceber essas históricas expressam diferentes recortes temporais, diferentes conceitos, documentos e experiências.

A utilização de documentos primários como inventários e outros podem ser uma ferramenta pertinente da qual pode se valer o professor de História em sua prática pedagógica com o intuito de motivar, expandir os saberes dos educandos sobre o conhecimento, desenvolver habilidades e competências, visando aprofundar. Na medida em que o professor faz uso desses tipos de recursos didáticos precisa, necessariamente, se conectar a uma disposição teórica pedagógica (PEREIRA, SEFFNER, 2008). O professor é um mediador do processo de aprendizagem sendo a sala de aula um espaço em que os alunos, juntamente com o professor, edificam e reelaboram o conhecimento. Nesse sentido, o professor de história.

Cabe ao professor, levando em consideração os objetivos propostos, a realidade de sua clientela e o interesse de seus alunos reformular as atividades aqui expostas.

## **5.1 APLICAÇÃO DO PRODUTO**

O paradidático vai ser destinado aos discentes de escolas públicas e privadas como uma forma ainda mais de ter uma autonomia de suas



consciências de si. Ao tornar-se presente, o passado adquire o estatuto de história, hora o que podemos compreender então que narrar a história é compreender o outro no tempo a narrativa histórica constrói-se por argumentos fundamentados em evidências. Para os alunos esta narrativa precisa ser plausível, neste sentido, ela precisa propor um diálogo entre as suas ideias, histórias e a narrativa histórica dos historiadores, sendo assim, percebe-se que a natureza da história ela se constitui como interpretativa, diante disso o estudante precisa conhecer outro pela narrativa histórica desse sujeito. As narrativas dos estudantes são constituídas pelas temporalidades e intencionalidades específicas deles a partir do diálogo pelas narrativas dos historiadores no ensino. Considera-se o aprendizado de conceitos históricos que explicam os processos de mudança da consciência histórica dos alunos, a qual pode ser expressa de forma diferente.

Diferentemente dos inventários do século XX, os inventários do século XIX descrevem os bens de herança móveis, imóveis e semoventes (referentes a escravos e animais) de um indivíduo, dívidas ativas e passivas e os bens alheios encontrados no espólio do inventariado. Por meio do inventário, é possível “avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno posseiro” (ZARTH, 2011, p. 20)

Os usos das fontes históricas como uma estratégia de ensino têm por, principalmente, a finalidade o pleno desenvolvimento do estudante de história no seu preparo para o exercício da cidadania e sua docência. Bem utilizadas, as fontes históricas em sala de aula podem auxiliar aos alunos a desenvolver uma série de competências e de habilidades (CRUZ, 2005), dentre as quais a capacidade de análise, de interpretação, de contextualização de formulação de posicionamentos éticos a respeito de situações e personagens, de comparação de problemas atuais com o de outros momentos históricos e a do estabelecimento de relações entre continuidade/descontinuidade e ruptura/transformação nos processos históricos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas amostras de histórias de vida podemos perceber que é possível realizar um trabalho com os inventários a fim de compreender um pouco as histórias dos escravizados como quem são, seus ofícios, sua saúde e por que não seus percursos de sociabilidade.

Os cativos de ganho tinham grandes relevâncias em famílias, principalmente quando no estabelecimento de uma renda para os senhores.

Além disso, a maioria dos cativos não apresentavam uma formação e quando apresentavam eram mais valorizados a em suas atividades. Procuramos também entrar no mundo do trabalho do escravizado, pois encontramos uma escravização que tinha em perpetuar, moldando-se aos novos tempos e constante pressão de uma circunstância que sufocava a camada dos senhores que teimavam em não renunciar às suas posses. Apesar de ter escravizados eram para poucos, eram muito requisitados mesmo para famílias que não tinham tais posses, mas sempre havia a possibilidade de alugar um cativo ou outro.

Em relação ao ganho, foi constatado que havia uma maciça presença de cativos trabalhando nesse sistema no centro urbano analisado. Todavia, no Recife e no Engenho Caiça, que atualmente é o município de São Loureço da Mata, Região Metropolitana do Recife, não houve um predomínio das atividades dos escravizados de ganho. Somente os cativos do engenho eram basicamente serviços de enxada, ou seja, lavradores.

A saúde dos cativos de certo modo era compreendida como uma questão importante, porque escravizados não sadios poderiam enfraquecer os rendimentos dos senhores. Além disso, o cativo com boas condições de saúde era uma mercadora valiosa, principalmente na primeira metade do século XIX.

Por meio desse estudo, compreendemos que a escravização se apresenta como um instituto muito complexo e contraditório. De modo que, revelando-se que muito ainda precisa ser explanado. Ser senhor de escravizado ia muito além de questões econômicas, não quer dizer que o fato economicista da vida dos cativos não tenha importância, no entanto não se monetizar a vida

humana. Não se vende gente! Mas, pelas condições sociais e de uma mesquinhez econômica de muitos, as questões subjetivas dos cativos que sempre pairavam em suas histórias de vida eram deixadas de lado.

Ao trabalhar os inventários ficam evidentes a riqueza de informações que podemos tirar proveito de histórias de vida de sujeitos esquecidos e marginalizados. Tomando conhecimento dessas pessoas invisíveis há uma retomada da consciência de quem somos a partir do nosso passado, sobretudo entender melhor as rupturas/transformações nos processos históricos e continuidades/descontinuidades dos momentos históricos.

## **7. LISTAGEM DAS FONTES**

Inventário de Antônio José Marroquim 1837 – IAHGP.

Inventário de Cristovão de Barros Rego 1837 – IAHGP.

Inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa 1838 – IAHGP.

Inventário de Felipe Lopes Netto 1848 – IAHGP.

## 8. REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XV e XVI*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil imperial, Volume III: 1870-1889*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BARBOSA, Keith. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. *Encontro Regional de História: Poder, Violência E Exclusão*, v. 9, p. 1-16, 2008.

BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Eliete Lucia; BITTENCOURT, Icaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. *AEDOS*, v. 1, n. 1, 2009.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania: tipos e percursos. In. *Estudos Históricos*. N.º18/1996. Disponível no site: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2029/1168>.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

COSTA, Fernando a ponto Alves da ponte final e quanto valia, afinal o problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX em *História revista online barqueiro público estado de São Paulo dossiê dois-pontos vestígios da escravidão* 2014.

\_\_\_\_\_. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. IN: *Histórica – Revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Dossiê: Vestígios da escravidão. ISSN 1808-6284. Ano 10. Nº 61. Maio de 2014.

CHERNOVIZ, Pedro L. N. *Dicionário de medicina popular*. 2 vols., 4.ed., Paris: Casa do Autor. 1870

DAUMARD, Adeline et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Editora da UFPR, 1984.

DI CREDDO, Maria do Carmo. O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso. In: DI CREDDO, M.C., ALVES, Paulo, OLIVEIRA, Carlos Roberto (orgs.). *Fontes Históricas: Abordagens e Métodos*. Assis, SP: PPGH/FCL/UNESP, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

FURTADO, Júnia F. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

KODAMA K. O doutor Audouard em Barcelona (1821) e a repercussão de sua tese sobre a febre amarela no Brasil. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo. 2008; 11 (4): 805-817.

MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, Zona da Mata (Segunda metade do século XIX)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998.

MATTOS, I. R. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil*. In: FACULDADE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos*. Porto: Universidade do Porto, 2004. v. 2, p. 727-736.

\_\_\_\_\_. O gigante e o espelho. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil imperial, Volume II: 1831-1870*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 13-51.

\_\_\_\_\_. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília/DF]: Instituto Nacional do Livro, 1987.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades médicas de todas as classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.p.33

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR. 2011.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Varia História*. Dez 2009, Volume 25 Nº 42 Páginas 357 - 365

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

PARETO, Lindener. *O cotidiano em construção: "os práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933)*. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo, 2011.

PORTO, A. *A saúde dos escravos na historiografia brasileira*. Usos do Passado — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006

TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro; MARQUESE, Rafael de Bivar. (org.) *Coleção Retratos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post-mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In.: *Mal-estar e Sociedade*. Ano V, n. 8. Barbacena: jan/jun. 2012, p. 64. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acesso em 27 de março de 2021.

VARNHAGEN, F. A. *Memorial Orgânico*. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

\_\_\_\_\_. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961

ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica. *História Social*, n. 21, segundo semestre de 2011.



## 9. APÊNDICE

## AS VIDAS INVISÍVEIS IMPORTAM TAMBÉM

René Câmara



# AS VIDAS INVISÍVEIS IMPORTAM TAMBÉM

René Câmara

**Expediente:**

**Capa:** *Trabalhadores amarrados pelo pescoço.* Foto: Luiz Morier.

C172v Câmara Júnior, José René  
As vidas invisíveis importam também / José René Câmara  
Júnior, 2021.  
84 f. : il.

Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado  
Profissional em História.  
ISBN XXX-XX-XXX-XXXXX-X

1. Escravidão - Recife - História. 2. Escravos - Saúde.  
3. Escravos - Educação. 4. Inventários. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

## SUMÁRIO

Para começo de conversa .....	4
Que história é essa? Rupturas e continuidades: a História viva.....	6
Olhares para os escravizados do Recife.....	8
Os escravizados nos inventários: suas vidas em cifras e em tabelas .....	11
A saúde, as doenças e as morbidades nos escravizados.....	17
Conclusão, ou um novo ponto de partida.....	23
Listagem das fontes .....	24
Referências.....	24

## **Para começo de conversa...**

Falar do passado é bem interessante, vocês não acham? Provoca a nossa imaginação tanto quanto imaginar o futuro. Neste Paradidático, convidamos todos vocês discentes a contextualizar a História percebendo-a como um processo dinâmico e constante. Isso porque, muitas vezes, ela é vista como algo estático, imutável e, portanto, distante de nós. Mas, como veremos, todos somos agentes históricos: a História é resultado da nossa ação enquanto cidadãos. Assim, o ato de fazer História não está restrito ao passado distante. Se, por exemplo, nos deliciamos ao rever fotos de nossa infância, isso se dá por uma razão simples: a História está em movimento. Nosso passado está presente nas decisões que tomamos pensando no nosso futuro. trazer conhecimentos para você, estudante, possa ter consciência histórica do nosso passado e ampliar as rupturas e continuidades com o presente.

Nessa perspectiva, é necessário que estejamos aptos a agir historicamente enquanto cidadãos conscientes de nossos papéis sociais. Portanto, desejamos que nosso estudo seja prazeroso e contribua para a construção da autonomia de todos vocês em relação ao seu saber e ao mundo, para que se tornem também sujeitos históricos atuantes e críticos. Em tempos de globalização, os paradigmas são quebrados a todo instante, e a “verdade” histórica é contestada a todo momento. Nesse sentido, se em nenhuma outra época da História da humanidade houve tanta informação sendo difundida, talvez nunca tenha sido tão necessário saber se posicionar frente aos fatos da sociedade, ter senso crítico para defender uma causa ou protestar contra alguma injustiça. Foi pensando em tudo isso que elaboramos este paradidático. Esperamos contribuir para a formação de todos e todas enquanto indivíduos pertencentes a uma sociedade globalizada que necessita de cidadãos de atitude. Que as aulas de História sejam momentos de diálogos proveitosos.

Nesse livro propomos para vocês uma nova didática da história. sobre conhecer história dos cativos, como viviam e seus estados de suade, descritos nos inventários de Felipe Lopes Netto, Antônio José Marroquim, Ana do Espirito Santo Freire e Cristovão de Barros Rego.

Sejam bem-vindos ao futuro-passado-presente. Sejam bem-vindos à vida!

## Que história é essa?

### As rupturas e as continuidades: a História viva

As histórias de que trataremos aqui, mesmo fazendo parte do passado, relacionam-se diretamente com a nossa vida, conosco, que vivemos no século XXI. Talvez você esteja se perguntando como essas narrativas sobre o que já aconteceu, sobre a vida de pessoas que você nem conhece podem ter alguma coisa a ver com você, que vive em uma casa moderna, com televisão, talvez computador, e, provavelmente, um *smartphone*.

É aqui que tudo pode ficar ainda mais interessante: nós só temos todas essas coisas por causa de outras pessoas que viveram e trabalharam antes de nós. Isso mesmo: a vida que levamos só é possível porque outras pessoas, em outros tempos e lugares, viveram a própria vida e atuaram sobre o mundo, trabalharam nele e produziram utensílios e conhecimentos que foram a base do que temos e de muito do que compõe a nossa forma de viver e mesmo de pensar na atualidade.

Talvez você ainda ache exagero, algo meio louco isso de viver em uma época e ser devedor de outra. Vamos entender melhor o que isso significa a partir de agora. Começemos pelo aparelho telefônico móvel, ou *smartphone*, para ser mais atual, que permite a você comunicar-se com seus amigos e com a sua família, acessar as redes sociais, comprar algo que lhe interesse. Esse aparelhinho “mágico”, uma maravilha da tecnologia desenvolvida por seres humanos, não surgiu do nada, mas foi resultado de uma confluência, de um encontro entre necessidade e conhecimento.



Pensar historicamente é perceber como as ações humanas no tempo e no espaço se relacionam. Crédito da Imagem: Shutterstock.

Algo assim: havia a necessidade de comunicação a distância e em qualquer horário. Muitas vezes, as pessoas marcavam de se encontrar e, por causa de algum imprevisto, alguém não podia ir. Não tinha como avisar, e uma delas ficava sozinha, aguardando a outra, que também não tinha como avisar sobre o imprevisto. Muitas vezes, tudo terminara em confusão, porque poderia parecer que quem não compareceu ao encontro agiu com descaso. Até que se resolvesse a situação, muito aborrecimento já teria acontecido.

O telefone fixo, mesmo já existindo, de nada serviria se não houvesse alguém para atender ou se uma das pessoas não estivesse na sua residência ou no seu trabalho. Daí a necessidade de um meio de comunicação que pudesse ser transportado para qualquer lugar ou para quase qualquer lugar. Entretanto, eis que surge um problema de outra ordem: como fazer, como fabricar um aparelho de comunicação que pudesse ser levado “para cima e para baixo” pelas pessoas, facilitando a comunicação entre elas? Para resolver problemas como esse, se torna necessária a busca por conhecimento.

Para desenvolver a ideia da comunicação a distância e em qualquer lugar, precisava-se desvendar, quais componentes eram necessários e do que eles seriam feitos para poder criar o que já existia no mundo das ideias — e das necessidades. Foi a partir desse ponto que os conhecimentos de várias áreas do saber humano se mostraram fundamentais para criar, para inventar o que era



necessário, pois a necessidade e a busca por satisfazê-la de nada adiantariam sem os meios para tanto.

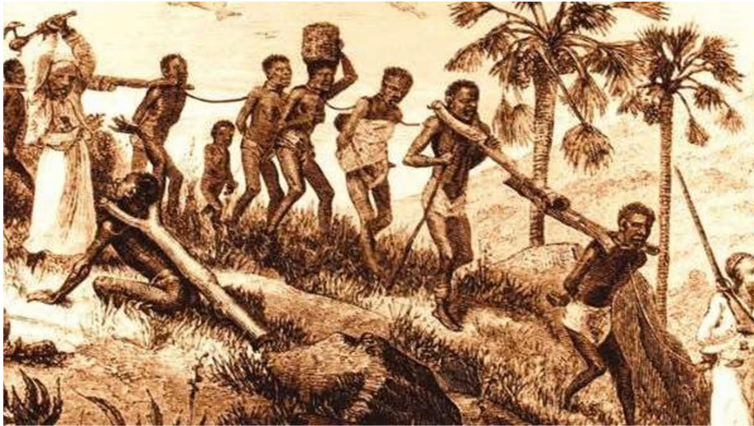


As fotografias dão conta de uma faceta de nossa identidade tantas vezes subestimada e negada. Uma delas recebeu o Esso de Fotografia no ano de 1982. *Todos Negros*, como ficou conhecida, é de autoria do fotojornalista carioca Luiz Morier.

Crédito da imagem: <http://www.abi.org.br/luiz-morier-marcas-para-a-historia/>.

As continuidades com o passado parecem ainda existir, não é mesmo? Essa pergunta retórica podemos buscar também nos documentos, como os inventários, são indícios que precisamos decifrar. As histórias estão nas entrelinhas.





Crédito: anônimo.

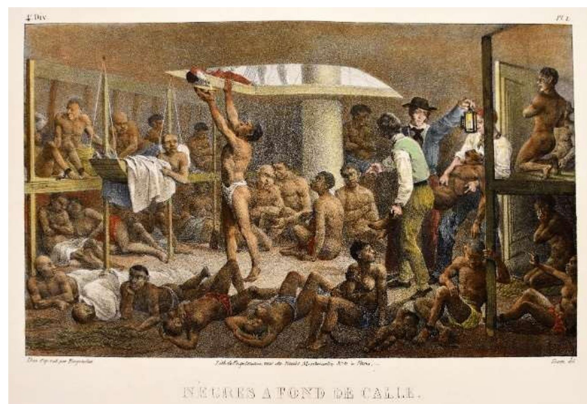
Pensar historicamente é perceber como as ações humanas no tempo e no espaço se relacionam. Tentar compreender o passado e o presente da humanidade, permitindo um diálogo entre a História e suas fontes, pois, entendendo essas relações existentes, é possível construir um futuro melhor. Quando entendemos o contexto social, podemos compreender o que contribuiu para as pessoas pensarem sobre si e sobre o mundo da maneira como pensam.

## **Olhares para os escravizados do Recife**

No porto do Recife, o cheiro da maresia era suplantado pelo aroma da cana-de-açúcar e do próprio açúcar produzido nos engenhos, vindo da cidade e de outras regiões ao sul da província. Doce e enjoativo, o odor do produto dá brilho aos olhos dos exportadores, os quais auferiam lucros extraordinários com a comercialização dos derivados da cana-de-açúcar. A importância do açúcar era tanta que até mesmo os fazendeiros de gado e os comerciantes, bem como o povo do Recife em geral, dependiam direta ou indiretamente da exportação do açúcar em face do movimento de gente envolvida nesse processo de comercialização para o exterior, em uma época em que a Europa comprava toda a produção do açúcar da província, promovendo uma grande circulação de riquezas.

No porto do Recife, a agitação de sempre. Os navios se abastecem do açúcar enquanto as pessoas discutem sobre lavouras e colheitas. Os comerciantes falam sobre os preços, cada vez mais altos. Os doces se transformavam em investimentos, pois, talvez poderiam enviar para a África em troca de cativos (CADENA, 2018)

Diante de tanto interesse econômico, surgem aqueles que desejam fundar seus próprios engenhos, mas o custo da terra e das instalações das moendas os afugentam. A produção tem que crescer para atender a demanda, e o caminho é a compra de mais escravos na costa ocidental da África, transportados nos porões insalubres, fétidos e escuros de veleiros, numa triste viagem para longe da terra natal e, na maioria das vezes, separados de seus familiares, fato esse que induzia à depressão, ao banzo e à morte de boa parte deles. Morrer de tristeza ou, mais tarde, de maus-tratos, essa era a sentença, como se eles não fossem seres humanos. O vil metal torna o homem cada vez mais cruel.

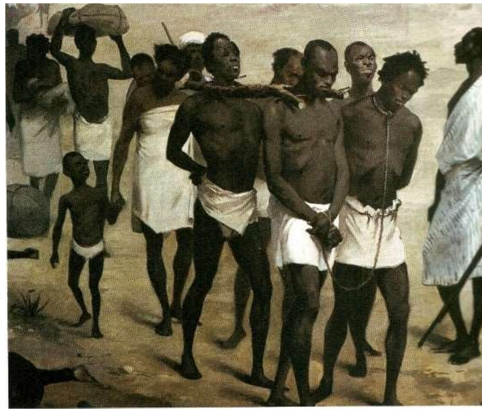


---

*Negros no fundo do porão, de Johann Moritz Rugendas. Os navios negreiros, ou tumbeiros, transportavam os escravos da África até o Brasil. Na viagem, a falta de espaço, os maus-tratos, o banzo (saudade da terra natal) e a falta de higiene levaram à morte muitos escravos.*

Articulações políticas e econômicas, conflitos étnicos, muito dinheiro. Essas eram o que se permeavam como pano de fundo do tráfico de cativos na

consta do continente africano. Alianças, lutas por poder políticas. com tráfico e entre as alianças com o tráfico e alianças dos senhores.



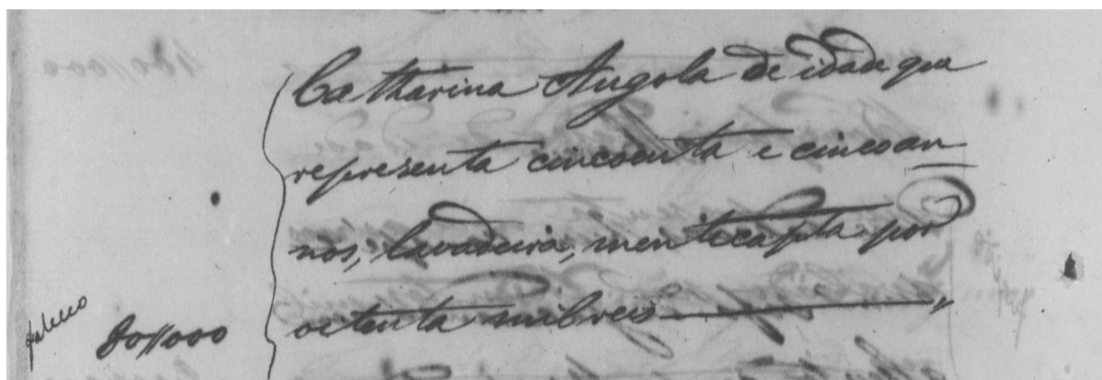
Sob Olhar vigilante de um feitor nativo, grupo de escravos é levado para Zanzibar, na costa oriental da África. Ilustração desconhecida, século XIX. Fonte: *Revista História Viva* ano VI, edição 66.

Não há dúvida de que esse cenário cultural facilitou sobremaneira o comércio de escravizados para o Brasil, vez que os comerciantes adquiriam as “peças”, como eram chamados os **negros cativos** e a moeda corrente era fumo e aguardente, tornando fato comum a escravização no século XVII.

## Os escravizados nos inventários: suas vidas em cifras e em tabelas

Nos inventários dos senhores de que detinham os cativos, em sua maioria, tentava deixar tudo documentado, pelo menos era o que exigia o Código Filipino.

As Ordenações Filipinas eram Ordenações Reais criadas no período do Brasil colônia e perduram durante o Império que ficaram prontas durante o governo de Filipe I, em 1595, em Portugal. Foram introduzidas de fato apenas em 1603, durante o governo de Filipe II.



A vida de pessoas com déficit cognitivo também tinha seus preços. A escravizada Catharina nativa de Angola que tinha 55 anos era uma lavadeira e mentecapta. Provavelmente antes de ter um diagnóstico de “loucura” no inventário, Catharina tinha outras atribuições que lhe conferia um valor maior do que 80 mil reis. No entanto, observe o nome escrito no lado esquerdo: “falecida”. Na partilha dos bens ela não sobreviveu. Era de costume realizar os inventários ainda com os dos escravizados vivos. **(Inventário de Felipe Lopes Netto, 1848 – IAHG)**

Pensar a escravização de forma histórica-crítica é estabelecer uma relação entre o tempo e o espaço. Essa relação sempre se renova à medida que vamos vivendo e conhecendo outras coisas, que nos permitem repensar aquilo que antes e acreditávamos ser uma grande verdade, talvez a única verdade.

Novos conhecimentos podem confirmar o que já sabíamos e podem alterar a forma como lidávamos com o que acreditávamos saber. Assim, as pesquisas históricas podem mudar o que já se sabia sobre o passado, mas, dificilmente, podem mudar o que aconteceu.

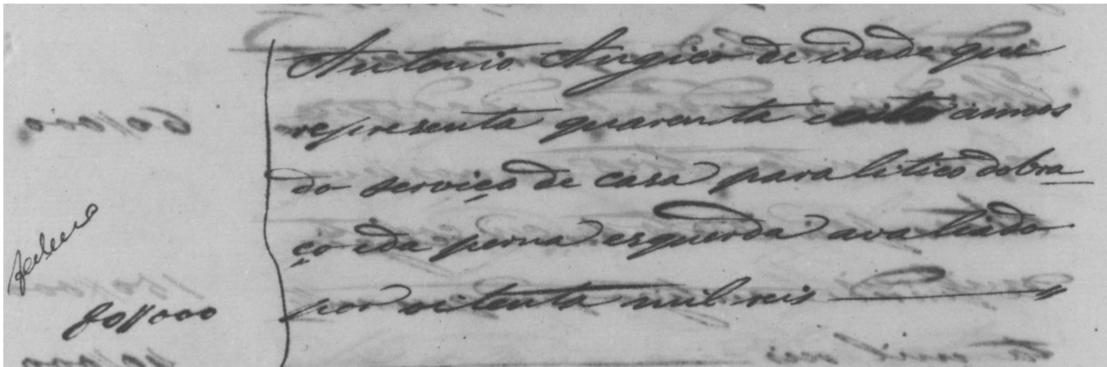
## Veja mais!

**Filme:** *Quanto vale ou é por quilo?*



**Diretor:** Sérgio Bianchi

**Sinopse:** *Quanto vale ou é por Quilo?* Busca fundamentar uma reflexão crítica a respeito da forma como o diretor estrutura o discurso por meio do cinema, e como este se relaciona com seu presente. O filme se situa diante dos problemas sociais e políticos, bem como a forma pela qual o filme sugere uma leitura do passado (e das fontes históricas) com a finalidade de pautar uma interpretação crítica e irônica do presente.



Um fragmento da lista de escravizados no inventário de Felipe Lopes Netto. Apenas das difíceis ao tempo de hoje, podemos, resumidamente, dizer que estamos vendo a vida de Antonio de Angico que apresenta 40 anos, era útil para os serviços domésticos, mas era “paralítico” — esse era o termo usado à época, da perna e braço esquerdo. Provavelmente tinha sofrido um acidente vascular cerebral. Ah, memos nessas condições seu corpo tinha um valor: 80 mil reis, até que valia uma coisinha. **(Inventário de Felipe Lopes Netto 1848 – IAHGP)**

Também havia um grupo que lutavam para que o Império não extinguisse o tráfico, porque traria prejuízos econômicos e sociais:

“abolição da escravidão no império inglês em 1833 representou uma ferida na sociedade que via nessa instituição ainda algo útil”, mas diferentemente do Brasil, afirma que lá “se prepararam para adaptar os escravos ao trabalho industrial”. (ALENCAR, 2008, p. 79-80).

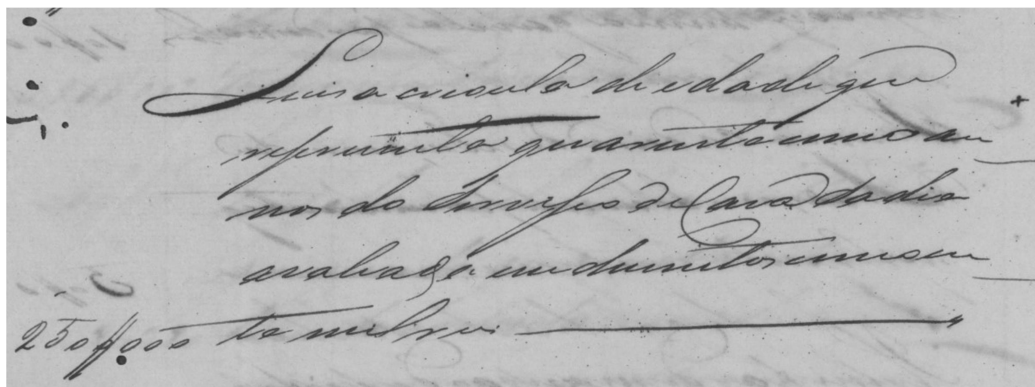


Notável escritor, José de Alencar, por ter sido o fundador do romance de temática nacional, e por ser o patrono da cadeira fundada por Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras. Autor de romances como *O guarani*, *Senhora* e outros. Na carreira política, foi notório perseverante em defesa da escravização no Brasil quando ministro da Justiça do Segundo Reinado. Usava Erasmo como pseudônimo em seus textos em favor da escravização.

São nessas conjecturas que devemos arquear nossos olhares para inferir como os negros escravizados eram dispostos como qualquer coisa. No entanto, devemos atentar para a condição da temporalidade, às vezes, podemos ver o futuro repetir o passado, mas não devemos enxergar somente dessa maneira e muito menos diminuir a compressão.

O importante era que o cativo tivesse um tipo de trabalho que favorecesse o seu senhor por meio de rendimentos quando os escravos de ganho, cativos que exerciam atividades na cidade como carregadores, vendedores de quitutes, lavadeiras, engomadeiras, mas sempre com a permissão do seu senhor, trabalhavam e davam uma parte dos rendimentos para seu dono. Essa mão de obra era muito importante, principalmente, para os senhores que só via seus rendimentos crescerem cada dia mais, não só com o trabalho dos escravizados, mas também com a venda deles. Quando o cativo tinha uma profissão, seu valor era maior.





**Inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa 1838 – IAHGP.**

O trabalho de ganho eram uma das modalidades de trabalho dos escravizados urbanos. O cativo trabalhava fora da casa de seu dono como jornaleiro, vendedor de quitutes, carregadores entre outras funções, para adquirir quantias pré-estabelecidas pelo seu senhor que deveriam ser entregues ao final do dia ou da semana. Caso o montante não fosse adquirido o cativo poderia ser castigado.



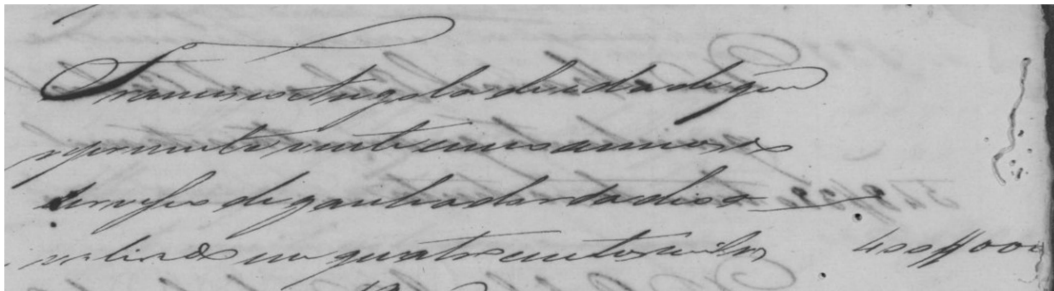
as Quitandeiras, mulheres negras, mulheres escravizadas. A prova de que a injustiça pode calar uma alma, mas não impossibilita a sobrevivência e a ação de uma vida em busca de seus sonhos. Foto: Marc Ferrez, 1875.

Muitas mulheres escravizadas usavam estratégias para conseguir comprar a alforria e trabalhar como libertas. Negar-se a trabalhar, responder para

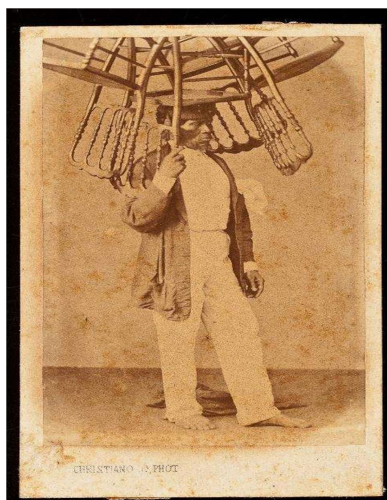


seus senhores e provocar pequenos prejuízos tornaram-se estratégias de mulheres negras escravizadas para desvalorizar o próprio preço. Valia até pedir proteção a famílias inimigas dos senhores a quem serviam para conseguir a alforria.

A seguir podemos ler Francisco no inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa:



Francisco Angola de idade que representa vinte cinco anos do serviço de ganhador sadio avaliado em 400 mil reis. **(Inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa 1838 – IAHGP).**

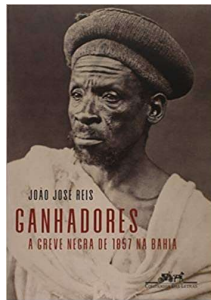


Cativo de ganho carregando cadeiras, 1864-1865. Rio de Janeiro, RJ. Acervo Museu Histórico Nacional. Imagem de Christiano Junior.

Um escravizado de ganho podia ter meios para vestir calças arrumadas, paletó que poderia ser de veludo, usar acessório anel, relógio de algibeira e chapéu-coco. Mas tinha de andar descalço, sinal do seu estatuto de escravo. Esse não é Francisco Angola, no entanto, poderíamos inferir que ele poderia portar assim, ou de forma semelhante.

Para saber mais!

*Ganhadores*, de João José Reis



Em *Ganhadores*, o historiador João José Reis reconstitui a história dos negros de ganho, ou ganhadores, protagonistas de uma insólita greve que paralisou o transporte na capital baiana durante vários dias em 1857.

Esses trabalhadores escravizados, libertos ou livres, todos africanos ou seus descendentes, se organizavam em grupos de trabalho e percorriam a cidade de cima a baixo fazendo todo tipo de serviço, sobretudo o carregamento de pessoas e objetos ou a venda de alimentos e outras mercadorias.

## **A saúde, as doenças e as morbidades nos escravizados**

Você já parou para pensar como era o sistema de saúde no Brasil no século XIX? Agora, vamos pensar essas condições de tratamento de saúde e das doenças nos escravizados? levando em consideração as condições

precárias de vida, ambientes insalubres, má alimentação e maus-tratos que tiveram grande relação para o desenvolvimento das doenças entre os cativos.

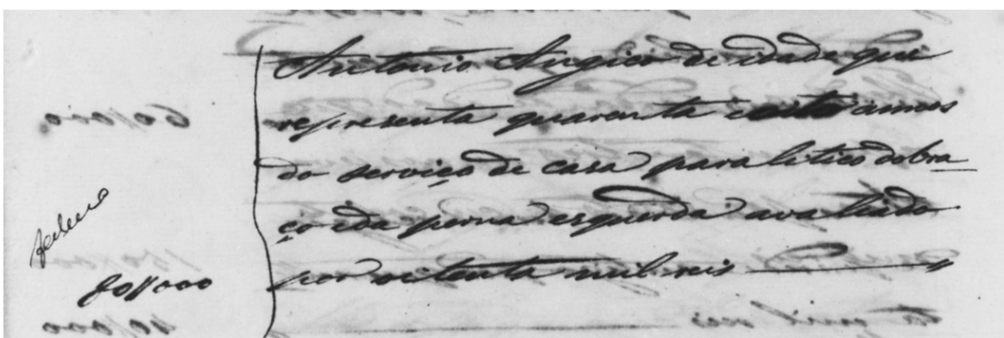
Vejamos um trecho de uma viajante, Maria Graham, quando veio o Brasil:

“Mal tínhamos percorrido cinquenta passos no Recife, quando ficamos absolutamente enojados com à primeira vista de um mercado de escravos. Era a primeira vez que [...] estávamos em um país de escravos; e, por mais fortes e pungentes que sejam os sentimentos em casa, quando a imaginação retrata a escravidão, eles não são nada comparados à visão desconcertante de um mercado de escravos. [...] Cerca de cinquenta jovens criaturas, meninos e meninas, com toda a aparência de doença e fome, resultante da escassez de comida e longo confinamento em lugares insalubres, estavam sentados e deitados entre os animais mais sujos das ruas.”

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/07/21/anuncios-da-epoca-da-escravidao-mostram-por-que-o-brasil-precisa-acertar-ascontas-com-o-passado/>. Acesso em: 23/08/2021.

Nesse pequeno trecho podemos inferir um caso descrito como se fosse uma situação de animalização que possibilita a manutenção do sistema da escravização. O relato expõe que as crianças estão entre animais nas ruas e doentes. Outras práticas coincidem esses indivíduos a animais, como a propriedade, o confinamento e a venda.

Ser sadio era um atributo importante após o fim do tráfico, em 1831. Com a mão de obra cada vez mais escassa e cara, entende-se o cativo mais caro e escasso. Os trabalhos em mesmo com as doenças acometidas e suas dificuldades de locomoção não tirava a o fardo de trabalhar até a morte.



**Trecho do Inventário de Felipe Lopes Netto 1848 – IAHGP.**

Estamos lendo nesse inventário Antônio Angola que tem metade do corpo paralisado, braço e perna esquerda. Possivelmente em decorrência de um acidente vascular cerebral. Nos dicionários de medicina do século XIX essa doença era chamada de **apoplexia cerebral**. Mesmo assim, era útil para os serviços de casa.

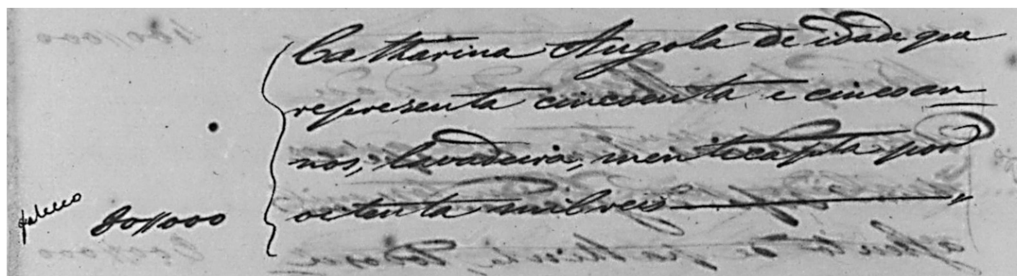
As doentes eram tratadas na Santa Casa de Misericórdia, mas muitos eram tratados por curandeiros. No Recife do século XIX, a forte presença de escravizados propiciou o surgimento de figuras como curandeiros, devido às redes e sociabilidade que conquistaram seguidores com tratamentos distintos daqueles utilizados pelos médicos e com a promessa de cura para enfermidades que a medicina não conseguia remediar. A seguir uma imagem clássica que nos remete essa compreensão.



**Cirurgião negro colocando ventosas. Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1826.**

No Rio de Janeiro do século XIX, os médicos, cirurgiões e boticários eram em grande parte brancos de classes sociais mais favorecidas. Já os sangradores, curandeiros, parteiras e amas de leite eram, em sua grande maioria, escravizadas, libertas e pessoas livres empobrecidas, entre elas imigrantes e africanos livres. Era essa população desfavorecida que tratava dos

problemas de saúde mais urgentes de quem precisava, não importava se ricos ou pobres.



### Inventário de Felipe Lopes Netto 1848 – IAHPG.

Nesse trecho de inventário percebemos a escravizada Catharina Angola de 55 anos que exerce serviços de lavadeira e diagnosticada como mentecapta, ou loucura. Não sabemos ao certo como se procedeu esse diagnóstico, no entanto a capacidade intelectual é um elemento presente, principalmente, entre os cativos, e, possivelmente entre as mulheres.

Vamos ler um trecho de um Dicionário de medicina popular muito famoso do século XIX, e atentar na definição de loucura:

**LOUCURA**, DOUCIDE OU ALIENAÇÃO MENTAL. Perturbação das faculdades intellectuaes.

*Causas.* O sexo feminino, o temperamento nervoso, uma educação viciosa, o celibato, as profissões que exigem um grande esforço de espirito, que agitam fortemente e põem em lida a vaidade, a ambição, etc.; as grandes revoluções politicas, a superstição, os terroros religiosos, a saciedade de todos os gozos, os excessos venereos, os licores fortes, a leitura dos romances e dos máos livros, o ocio, a congestão cerebral frequente, são as causas que predispõem á loucura. Mas as causas que a determinam ordinariamente consistem quasi todas nas affecções moraes vivas ou contínuas, taes como a colera, o susto, uma perda subita de fortuna, uma felicidade inesperada, um pezar violento, os excessos de estudos, a ambição mallograda, o amor proprio humilhado, o ciume, os acontecimentos politicos, os pezares domesticos, o amor contrariado, o fanatismo, etc.

(CHERNOVIZ, 1870, p. 331)

Embora atualmente se negue a loucura a associado somente a mulheres, no entanto nos inventários quando focando a saúde mental, as mulheres eram alvo principal. Por isso devemos estudar mais as vidas dos escravizados para

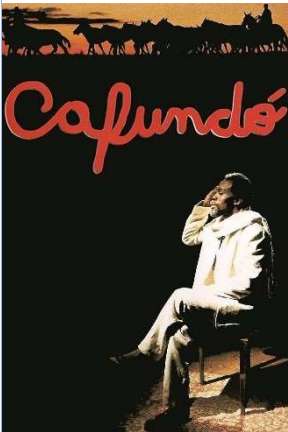


suas vidas e experiências atravessadas pela escravização, pelos diagnósticos de saúde e as “motivações” que a levaram Catharina a loucura.

## Veja mais!

**Filme:** *Cafundó*

**Diretor:** Paulo Betti, Clovis Bueno



**Sinopse:** João de Camargo viveu nas senzalas em pleno século XIX. Após deixar de ser escravo ele fica deslumbrado com o mundo em transformação ao seu redor e desesperado para viver nele. O choque é tanto que faz com que João tenha alucinações, acreditando ser capaz de ver Deus. Misturando suas raízes negras com a glória da civilização judaico-cristã, João passa a acreditar que seja capaz de curar e realmente acaba curando. Ele torna-se então uma das lendas brasileiras, se popularizando como o **Preto Velho**.

## Saiba mais!

### Já imaginou a loucura retratada pelas artes visuais?

Por volta dos anos 20 do século XIX, o pintor Théodore Géricault, muito triste pelas críticas bastante negativas por uma pintura Jangada da Medusa, produziu uma série de retratos de pacientes diagnosticados com doenças mentais para o psiquiatra Étienne-Jean Georget.

Por séculos os doentes com transtornos mentais eram considerados sujeitos feios e grotescos. Mas Gericault não os via assim. Tanto o médico e quanto o artista viam a loucura enquanto o processo social.



## **Conclusão, ou um novo ponto de partida**

Chegamos à conclusão deste livro, mas não é o fim do assunto de que tratamos nele. A história pode ser entendida como o estudo do que os seres humanos pensaram, realizaram no tempo e nos espaços mais diversos, e é isso que a faz tão fascinante, tão fortalecedora. Tratamos de escravidão, das doenças, da vida de escravizados usando os inventários como ponto de partida. Vimos que estão relacionados de maneira tão próxima que parecem ser uma coisa só.

Vimos também como essa relação no tempo e no espaço produziu uma sociedade como a nossa, cheia de mazelas, permeada de violências, mas também de potencialidades. Entender a sociedade brasileira do século XIX como uma sociedade discriminatória, constituída historicamente dessa maneira, é o começo do reconhecimento dessas potencialidades. Por vezes, poderá ser incômodo, doloroso mesmo, mas esse mal-estar só vai passar se o encararmos, se reconhecermos o mal que é uma sociedade que separa, que exclui, que cria e reproduz desigualdades a partir da aparência de alguém. Esse é o primeiro passo e o mais importante, porque abre caminho para todos os outros que virão e seguirão na direção de um sonho em que todos serão vistos como realmente são.



## Listagem das fontes

Inventário de Antônio José Marroquim 1837 – IAHGP.

Inventário de Cristovão de Barros Rego 1837 – IAHGP.

Inventário de Ana do Espírito Santo Freire Pedrosa 1838 – IAHGP.

Inventário de Felipe Lopes Netto 1848 – IAHGP.

## Referências

ALENCAR, José de; PARRON, Tâmis. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, Recife, 2018.

CHERNOVIZ, Pedro L. N. *Dicionário de medicina popular*. 2 vols., 4.ed., Paris: Casa do Autor. 1870

IMBERT, J.B.A. *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros*. Typographia Nacional, 1839.